



Número: **0853186-80.2015.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCILIO HONORATO DA SILVA (AUTOR)		GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO (ADVOGADO)	
Bradesco Seguros S/A (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO) JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4373662	07/12/2015 17:16	Petição Inicial	Petição Inicial
4373674	07/12/2015 17:16	Ação de Cobrança de Seguro Obrigatorio DPVAT Lucilio Honorato da Silva	Petição Inicial
4373676	07/12/2015 17:16	Procuração 3421	Procuração
4373677	07/12/2015 17:16	Documentos Pessoais 3421	Documento de Identificação
4373683	07/12/2015 17:16	Declaração de Residência 3421	Documento de Identificação
4373687	07/12/2015 17:16	Declaração de Pobreza 3421	Documento de Comprovação
4373695	07/12/2015 17:16	Boletim de Ocorrência - Part 1 3421	Documento de Comprovação
4373697	07/12/2015 17:16	Boletim de Ocorrência - Part 2 3421	Documento de Comprovação
4373704	07/12/2015 17:16	Atestado Médico 3421	Laudo Pericial
4373708	07/12/2015 17:16	Documentos Médicos 3421	Outros documentos
4373711	07/12/2015 17:16	Comp de Pagamento Administrativo 3421	Documento de Comprovação
4587741	14/01/2016 17:42	Decisão	Decisão
5193808	09/03/2016 10:26	Citação	Citação
5596249	12/04/2016 11:45	Aviso de Recebimento	Aviso de recebimento
5596250	12/04/2016 11:45	Juntada de AR	Aviso de recebimento
5692118	19/04/2016 15:11	Contestação	Contestação
5692162	19/04/2016 15:11	2098295 CONTESTACAO	Contestação
5692168	19/04/2016 15:11	2098295 COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Outros documentos
5692169	19/04/2016 15:11	2098295 PARECER	Outros documentos

5692175	19/04/2016 15:11	BRADESCO SEGUROS - JB PJE	Outros documentos
5692186	19/04/2016 15:11	PROCURAÇÃO E ATOS ATUALIZADO LIDER	Outros documentos
5692190	19/04/2016 15:11	Substabelecimento Geral Líder X Valdir	Outros documentos
5692196	19/04/2016 15:11	SUBSTABELECIMENTO SUPERVISAO 2014	Outros documentos
9630016	14/03/2017 09:45	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
9877966	30/03/2017 10:24	Petição	Petição
9877976	30/03/2017 10:24	Réplica - Lucilio Honorato da Silva	Outros documentos
24296586	20/04/2018 07:57	Despacho	Despacho
26685523	24/05/2018 10:01	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
27381359	06/06/2018 12:05	Intimação	Intimação
28562734	05/07/2018 08:53	Certidão	Certidão
28562746	05/07/2018 08:53	AR Lucilio - 0853186-80.2015.8.20.5001	Aviso de recebimento
28989350	24/07/2018 14:26	Laudo Pericial	Termo
28989396	24/07/2018 14:26	2098295 - PERICIA PAUTA CONCENTRADA - Lucilio Honorato da Silva01	Ata da Audiência
29298542	02/08/2018 09:28	Petição	Petição
29298573	02/08/2018 09:28	2098295 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR 01	Outros documentos
29298578	02/08/2018 09:28	2098295 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR Anexo 01	Outros documentos
29879342	08/08/2018 14:12	Petição	Petição
29879380	08/08/2018 14:12	2098295 JUNTADA DE HONORARIOS PERICIAIS JUR 01	Outros documentos
29879394	08/08/2018 14:12	tmp1B7 - 2098295 JUNTADA DE HONORARIOS PERICIAIS JUR Anexo 01	Outros documentos
34955660	23/11/2018 14:53	Petição	Petição
34955670	23/11/2018 14:53	2098295 PETICAO REQUERENDO DEVOLUCAO DUPLICIDADE - 2098295 PETICAO INTERLOCUTORIA DEV 01	Outros documentos
34955697	23/11/2018 14:53	tmp1B7 - 2098295 PETICAO INTERLOCUTORIA DEV Anexo 01	Outros documentos
34955735	23/11/2018 14:53	2098295 PETICAO INTERLOCUTORIA DEV Anexo 02	Outros documentos
34955770	23/11/2018 14:53	2098295 PETICAO INTERLOCUTORIA DEV Anexo 03	Outros documentos
34955762	23/11/2018 14:53	Comprovante - 2098295 PETICAO INTERLOCUTORIA DEV Anexo 04	Outros documentos
40470906	14/03/2019 10:44	Certidão	Certidão
43256907	28/05/2019 07:53	Despacho	Despacho
43920896	03/06/2019 15:34	Certidão	Certidão
46838890	22/07/2019 15:33	Sentença	Sentença
50411332	31/10/2019 15:12	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
51566464	05/12/2019 17:39	Alvará	Alvará
51603195	06/12/2019 13:16	Certidão	Certidão

51699 081	10/12/2019 14:24	Petição	Petição
51699 086	10/12/2019 14:24	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_06	Outros documentos
51699 087	10/12/2019 14:24	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_01	Outros documentos
51699 090	10/12/2019 14:24	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_02	Outros documentos
51699 093	10/12/2019 14:24	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_03	Outros documentos
51699 095	10/12/2019 14:24	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_04	Outros documentos
56339 815	01/06/2020 10:59	Petição	Petição
56340 985	01/06/2020 10:59	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_06	Outros documentos
56340 987	01/06/2020 10:59	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_01	Outros documentos
56340 988	01/06/2020 10:59	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_02	Outros documentos
56340 989	01/06/2020 10:59	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_03	Outros documentos
56340 991	01/06/2020 10:59	2098295_PETICAO_INTERLOCUTORIA_DEV_Anexo_04	Outros documentos
68641 840	11/05/2021 15:41	Certidão	Certidão

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DO NATAL - RN

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA

LUCILIO HONORATO DA SILVA, brasileiro, natural de Mossoró - RN, casado, mestre de obra, RG nº 1208209 SSP/RN, CPF nº 778.255.784-49, residente e domiciliado na Rua Francimar Bezerra da Silva, nº 213, Planalto Treze de Maio, Mossoró - RN, CEP 59.631-470, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine* assinado, este com escritório profissional na Rua Alberto Silva, nº 1314, Lagoa Seca, Natal - RN, CEP 59.022-300, Tel.: (84) 3206-3717, onde recebe intimações, com fulcro no art. 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria, propor a presente

**AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO -
DPVAT, COM PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA**

em face de **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Av. Prudente de Moraes, nº 4022, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP 59.056-200, CNPJ nº 33.055.146/0001-93, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expendidas:

I
DOS FATOS

No dia 05 de novembro de 2013, por volta das 17h40min, o Autor trafegava na BR-110, no município de Mossoró - RN, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125 TITAN KS, de placa MYB-5141, quando, nas proximidades do KM 45,5 foi surpreendido por outra motocicleta HONDA/CG 125 FAN KS, de placa NNW-4395, que transitava a sua frente, e ao tentar desviar de uma fiscalização policial que se encontrava no local, veio a realizar uma mudança de direção brusca na via, fazendo com que o Autor, sem tempo hábil para o desvio, viesse a colidir na traseira da referida motocicleta, razão pela qual veio a cair ao solo.

Com o forte impacto ao chão, o Autor ficou gravemente ferido, sendo socorrido por equipe do SAMU e levado para o Hospital Regional



Tarcísio de Vasconcelos Maia, naquela urbe, onde, após receber os primeiros atendimentos médicos, foi diagnosticado trauma em membro inferior direito com fratura de planalto tibial direito e trauma em cotovelo direito com fratura da cabeça do rádio direito, sendo submetido à realização de exame de raio x e tratamento conservador com imobilização gessada e uso de sintomáticos.

Já em casa, o Autor continuou recebendo acompanhamento médico, dando início, após a recuperação, a tratamento fisioterápico, que durou alguns meses.

Hoje, apresenta como sequelas, dor residual, debilidade e limitação dos movimentos de flexão do joelho direito com presença de instabilidade articular, além de limitação e dor residual em cotovelo direito, provocando dificuldades à deambulação normal do Autor, acarretando dificuldades para erguer e manusear objetos com pesos consideráveis, prejudicando-o na realização de suas atividades laborais e cotidianas, bem como em quaisquer outras atividades que exijam esforço dos membro inferior e superior direito.

Os ferimentos sofridos no acidente foram de natureza gravíssima, de modo a deixar o Autor acometido da **debilidade permanente acima descrita**, a qual foi constatada após ser submetido a Exame com médico particular, além de perícia com médico contratado pelo Convênio de Seguradoras do Seguro DPVAT, o que o tornou merecedor de parte da indenização que ora pleiteia.

Em 17 de fevereiro de 2014, após encaminhar pedido de indenização por invalidez perante uma das seguradoras participantes do consórcio DPVAT, o Autor recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Assim, resta uma diferença de **R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, a que o Autor faz jus, o que se demonstrará pelos fundamentos jurídicos que se seguem.

II **DO DIREITO** **DA SUBSUNÇÃO DO CASO CONCRETO À NORMA**

Preliminarmente, chamo a atenção de Vossa Excelência para a tempestividade da presente demanda, vez que, da data da ocorrência do sinistro até o presente momento não transcorreram os três anos de que trata o Código Civil de 2002 para o ajuizamento da competente ação de cobrança da indenização do seguro ora em tela. Desta feita, resta demonstrado que a presente ação é absolutamente tempestiva.

Ultrapassada a matéria preliminar, passa-se a enfrentar o mérito da presente demanda, o que não requer maiores esforços.



A Lei nº 6.194/74 fez nascer o Seguro Obrigatório DPVAT, criado para amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores de vias terrestres. Para tanto, foi criado um consórcio de seguradoras privadas, responsável pela administração da verba arrecadada com o pagamento desse seguro, o que é feito por proprietários de veículos no momento do licenciamento anual junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN. Trata-se, inclusive, de condição essencial para que os veículos possam transitar pelas vias rodoviárias do país.

Esse convênio é responsável, especificamente, pelo pagamento das indenizações previstas na lei supracitada para os casos de morte, invalidez permanente ou despesas de assistência médica que tenham tido origem em um sinistro daquela natureza.

O art. 3º, II, da Lei 6.194/74, contempla que:

*“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º (DPVAT) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente”*

Desse mandamento legal extrai-se que, sempre que ocorrer um acidente envolvendo veículos do qual resultem danos pessoais tais quais os descritos pela norma em comento, nasce, paralelamente, a responsabilidade desse consórcio de seguradoras de indenizar as vítimas. Não há dúvida de que se está a comentar de responsabilidade solidária entre as seguradoras participantes do consórcio, o que significa dizer que os interessados podem requerer de qualquer uma delas, a integralidade de sua indenização, senão vejamos:

"INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DENÚNCIAÇÃO DA LIDE - DIREITO DE REGRESSO - LEI N. 6.194/74. A falta de contratação do seguro obrigatório ou de pagamento do prêmio pelo proprietário do veículo não impede o recebimento da indenização a que faz jus a vítima de acidente automobilístico, podendo o ressarcimento ser reclamado junto a qualquer seguradora participante do convênio DPVAT, criado pela resolução 06/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados. Ao consórcio constituído pelas sociedades seguradoras é garantido nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei n. 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei n. 8.441/92, o direito de regresso contra o proprietário do



veículo, em face de sua omissão no dever legal de contratar o seguro obrigatório". (DJMG de 07.05.96 - Jurisprudência Informatizada Saraiva n. 08). (grifos e destaques nossos)

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau. (APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96). Grifos e destaques nossos)

Com essa conclusão, põe-se por terra qualquer alegação de ilegitimidade passiva *ad causam* porventura levantada pela Demandada, como tentativa de excluir-se da responsabilidade legal mencionada. Ainda que o veículo causador do sinistro seja identificado, como foi o presente caso, bem como sua respectiva seguradora, à vítima, ainda assim, é facultada a escolha dentre as seguradoras consorciadas, acionando qualquer uma delas para realizar o pagamento da indenização. Entretanto, é resguardado o direito de regresso da Requerida contra o proprietário do veículo causador do acidente. Nesse sentido v. APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3/TAMG. Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96.

Outra matéria sempre presente nas irresignações das seguradoras nesse tipo de contenda é a relativa à necessidade de prévia recusa de pagamento do seguro pelas vias administrativas. Contudo, não passa de mais um argumento frágil utilizado na vã tentativa de se eximirem da responsabilidade de pagar o que é devido.

A jurisprudência pátria é uníssona em afirmar a dispensabilidade do prévio requerimento administrativo, uma vez que o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário prescinde do esgotamento de qualquer fase anterior. Vejamos o seguinte aresto:



“Seguro - DPVAT - Ação de cobrança - Indenização - Valor Ação de cobrança - Seguro obrigatório (DPVAT) - Pedido administrativo prévio - Desnecessidade - Inafastabilidade da apreciação jurisdicional - Irretroatividade da Lei nº 8.441/94 - Inaplicabilidade de resolução do CNSP que fixa valor indenizatório - Recurso meramente protelatório - Litigância de má-fé - Condenação mantida. Não há que se exigir prévio pedido administrativo de indenização junto à seguradora para posterior ingresso em juízo, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário. Quando os pedidos são fundados exclusivamente na Lei nº 6.194/74, é irrelevante o argumento de que a Lei nº 8.441/94 não retroage. Considerando o critério hierárquico de interpretação das normas, deve prevalecer a disposição do texto da lei federal (Lei nº 6.194/74) e não as normas regulamentadoras do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) quanto à fixação do quantum indenizatório. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº 223.05.178621-6 - Rel. Juiz João Martiniano Vieira Neto. Boletim nº90)”(grifos nossos).

Contudo, ainda que assim não fosse, como já dito, a própria FENASEG já reconheceu o direito do Autor à indenização, uma vez que efetuou o pagamento a menor. Destaque-se, inclusive, que o recebimento de parte da mencionada indenização não implica em renúncia do valor remanescente. É o que reza a mais mansa e pacífica jurisprudência, senão vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO - FATO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. PAGAMENTO VIA ADMINISTRATIVA - RECEBIMENTO - QUITAÇÃO - RAZÃO QUE NÃO IMPEDE A PARTE DE PLEITEAR A DIFERENÇA EM JUÍZO A QUALQUER SEGURADORA - PROVA COMPLEXA PARA AFERIÇÃO DA EXTENSÃO DO SINISTRO. INOCORRÊNCIA. JUIZADOS ESPECIAIS. COMPETÊNCIA ADMITIDA. LAUDO PERICIAL FIRMADO POR MÉDICOS- LEGISTAS, PERITOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO - CIENTÍFICA. RESOLUÇÃO DO CNSP. SUJEIÇÃO À HIERARQUIA DE NORMAS. PREVALÊNCIA DA



LEI. CABIMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA QUANTIFICAÇÃO DO VALOR RESSARCITÓRIO. PRECEDENTES DESTA TURMA. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO ESTABELECIDADA COM CRITÉRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1) - O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada marcam a segurança e a certeza das relações que, na sociedade, os indivíduos, por um imperativo da própria convivência social, estabelecem. Assim, se o acidente de trânsito que vitimou a vítima ocorreu na vigência do antigo Código Civil, que previa a prescrição vintenária, o novo Código, sendo posterior, portanto, à ocorrência do fato, sob pena de inconstitucionalidade, não poderá retroagir, atingindo o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. 2) - O art. 7º, da Lei nº 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório, pouco importando se a quitação parcial foi efetuada por outra seguradora. 3) - Tendo a companhia de seguros efetuado o pagamento da indenização administrativamente, pode a parte interessada pleitear em juízo a complementação do valor recebido. 3.1) - O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei nº 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. 4) - Lesão de caráter permanente - Comprovação do resultado através de laudo pericial expedido por médicos - legistas do Departamento de Polícia Técnico - Científica. 5) - Conforme entendimento jurisprudencial, são competentes os juizados especiais para conhecer e julgar ações de indenização decorrentes de acidente de trânsito, não havendo que se falar em prova complexa. 6) - As resoluções do CNSP devem ser afastadas, haja vista suas sujeições hierárquicas à lei. 7) - Fixação de quantum indenizatório baseado no convencimento do Magistrado, decorrente da livre apreciação das provas carreadas aos autos. 8) - Valor proporcional à



extensão dos danos e adequado às capacidades das partes. 9) - Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada.

Ultrapassadas tais questões, passa-se à análise do presente caso à luz da legislação regulamentadora do seguro obrigatório.

Primeiramente, não há que se negar a existência e a gravidade do acidente do qual foi vítima o Autor, o qual lhe resultou inúmeras consequências físicas lastimáveis. A invalidez permanente e o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões sofridas por ele estão amplamente comprovados por todos os documentos juntados a esta inicial.

Quanto à primeira, os documentos médicos acostados, e, principalmente, o Exame com médico particular que atendeu o Autor, descrevem com riqueza de detalhes todo o infortúnio suportado pelo mesmo após o acidente. Da análise de tais documentos, resta patente e cristalino o alto grau de debilidade física ocasionado pelo sinistro ora em debate, motivo pelo qual não se pode cogitar a possibilidade de ser a Requerida condenada a pagar a indenização devida em grau inferior ao máximo.

Oportuno destacar trecho do mencionado Laudo que atesta inequivocamente o estado de invalidez permanente do Autor, senão vejamos:

LAUDO MÉDICO

(...) foi vítima d acidente motociclístico em 05/11/2013 com trauma em membro inferior direito com fratura de planalto tibial direito e trauma em cotovelo direito, com fratura da cabeça rádio direita. Optando por tratamento conservador com imobilização gessada
Atualmente, apresenta consolidação viciosa em planalto medial direito, observado genovaro em joelho direito associado à limitação da flexão e dor residual ao deambular. Constatada dor residual em cotovelo direito que piora aos esforços (...).

Outro requisito exigido pela norma em comento é a prova do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, o que pode ser demonstrado tanto pelo Laudo supracitado como pelo Boletim de Acidente de Trânsito nº 83091828, da lavra do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - RN.

Da análise de todos esses documentos resta cristalino e patente que o Autor enquadra-se, perfeitamente, em uma das hipóteses de cobertura do Seguro Obrigatório - DPVAT, qual seja a constante no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, o qual impõe o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00, nos



casos de invalidez permanente. Por se ter demonstrado o alto grau de debilidade que acomete o Autor, e a sua consequente incapacitação para o trabalho, não se pode cogitar a possibilidade de ser a Requerida condenada a pagar a indenização devida em grau inferior ao máximo.

Isto posto, falece, antecipadamente, qualquer tentativa de se afastar a obrigação exigida da ora Demandada. Estando todos os requisitos legais devidamente demonstrados e provados, apenas resta para a análise de Vossa Excelência a quantificação da indenização pleiteada, o que, da mesma forma, não implicará em grandes dificuldades.

Com efeito, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

Como dantes já afirmado, esse tipo de contenda resume-se à capacidade da parte autoral conseguir reunir o feixe de provas que demonstre o nexo de causalidade entre o resultado invalidez e o acidente de trânsito que a ocasionou.

Feito isso, como bem se demonstrou alhures, resta ao d. magistrado, apenas, a imposição de condenação no máximo permitido em lei. Afinal, como cediço, despicienda é a demonstração de qualquer outro elemento senão os já até agora exaustivamente comprovados. Isso porque a relação entre as seguradoras vinculadas ao convênio DPVAT e as vítimas de acidentes de trânsito está consubstanciada na responsabilidade civil objetiva, fulcrada, por sua vez, na teoria do risco. Esse é o entendimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ecoa pelos demais pretórios do país, senão vejamos:

“Seguro - DPVAT - Indenização - Valor – Fixação. Ação de cobrança - DPVAT - Invalidez permanente - Recibo de quitação - Valor probante parcial - Direito do remanescente - Valor previsto na lei - Impossibilidade de aplicação de resoluções e instruções do CNSP em razão do grau de invalidez - Fixação em salários mínimos - Possibilidade - Condenação mantida - Litigância de má-fé. Em se tratando de indenização por invalidez permanente prevista no seguro DPVAT, o valor deverá ser no importe de 40 salários mínimos, conforme previsto no artigo 3, letra "b" da Lei 6.194/74, não se aplicando nenhuma tabela baseada em instruções ou resoluções de órgãos com funções meramente administrativas, financeiras e fiscalizadoras das operações das sociedades



seguradoras, em desacordo com o texto legal específico, que fixa o valor da indenização. O recibo com quitação geral e plena, em que conste especificamente o valor pago, exonera o devedor em relação àquele valor, não podendo servir de quitação para eventuais valores remanescentes, pena de enriquecimento sem causa. A fixação da indenização em salários mínimos não constitui violação à norma constitucional, como já decidiu o STJ, haja vista que não é considerado valor de correção, mas apenas para base de cálculo do "quantum" a ser indenizado. A matéria vem sendo reiteradamente decidida pelos tribunais, não havendo divergência, sendo que a imposição do recurso em face dela constitui litigância de má-fé, nos termos do artigo 17, VII, do CPC. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº0223.05.159239-0 - Rel. Juiz José Maria dos Reis. Boletim nº90)" (grifo e destaque nossos)

"Seguro Obrigatório - DPVAT. Valor da indenização. Invalidez permanente. 40 salários-mínimos. ... Observo, ainda, que não há que se cogitar de eventual graduação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. A duas, a jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral. (2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, TJ-DFT - Processo: 2003.01.1.088819-3)"(grifo e destaque nosso).

Da mesma forma, vem entendendo a magistratura deste Estado e do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstra excerto da sentença recentemente prolatada pelo juiz do Juizado Especial Cível de Ponta Negra no processo nº 001.2008.005.203-6, que tratava de caso idêntico ao ora em tela, e cuja íntegra segue em anexo.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que descabe a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:



SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA. I. Pelo disposto no art. 2.028, do CCB/2002, incide no caso concreto o prazo prescricional previsto no CCB/1916, pois houve redução do prescricional pela nova lei e por ocasião da entrada em vigor do novo código civil (12.01.2003) já havia transcorrido mais da metade do prazo previsto no CCB/1916. Assim, aplicável o art. 177, desse diploma legal, que traz o prazo vintenário. Considerando que o fato ocorreu em 28/06/1987 e a ação foi ajuizada em 27/06/2007 (fl. 09), não ultrapassou o prazo vintenário, rejeitando-se a prescrição alegada. II. Descabe cogitar acerca de graduação de invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de 40 salários mínimos. III. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é de quarenta salários mínimos. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. O pagamento do seguro se dá com base no salário mínimo da data do ajuizamento da ação, termo inicial para a contagem da correção monetária, nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001434554, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 09/10/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. 1. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 2. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. 3. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. 4. Incidência de juros moratórios na ordem de 1%, a contar da citação. 5. Honorários mantidos. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70021304365, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 10/10/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pela autora não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de carência de ação rejeitada. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei n. 6.194/1974 não estabelece. Por isso, limitando-se a controvérsia dos autos ao valor da indenização, mostra-se despicienda a realização de perícia médica para aferição do grau de



invalidez. Caso em que a parte-autora faz jus à complementação da indenização securitária. Ausente a prova de que a autora, em decorrência do acidente de trânsito, resultou inválida permanentemente, não há como responsabilizar a ré pelo pagamento da complementação de indenização securitária perseguida. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70018750570, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 02/05/2007).

Frise-se que em se tratando de seguro pessoal, como no caso em exame, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Não restando mais nada a se demonstrar ou provar, eis que todas as exigências legais foram amplamente atendidas, tem-se que a conjugação dos fatos aqui narrados com o direito ora esposado é suficiente para sustentar a pretensão do Autor de obter o que lhe é assegurado por lei. Sendo assim, vem à presença de Vossa Excelência para obter a plenitude do pleito que se segue.

III **DO PEDIDO**

ANTE O EXPOSTO, é a presente ação para requerer:

a) a citação da Requerida, nos termos dos arts. 215 e ss, do CPC, para, querendo, comparecer à audiência a ser designada por V. Exa., e, querendo, apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão, acompanhando o feito em todos os seus ulteriores atos, até final decisão que haverá por declarar a procedência da ação, condenando a Requerida no quantum pedido;

b) **seja o Autor submetido à perícia médica**, através de médico nomeado por esse juízo e bancado pelo Estado ou pela Ré, a fim de se constatar a invalidez permanente já alegada por esta parte e devidamente demonstrada em laudo particular acostado;

c) **seja julgada totalmente procedente** a presente ação para **condenar a Requerida ao pagamento de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, consoante determinado pela Lei n.º 6.194/74, art. 3º, b, em favor do Autor, devidamente corrigido desde a data do pagamento a menor (17/02/2014) e com a incidência de juros moratórios;

d) a condenação da Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência na ordem de 20% sobre o valor da condenação;



e) por fim, conceda ao Autor o benefício de postular sob o manto da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter suporte financeiro para arcar com as despesas processuais.

Protesta-se por provar o alegado com o uso de todos os meios em direito admitidos, na oportunidade da realização da audiência de instrução e julgamento e demais momentos que se faça necessário, em especial de perícia médica, a qual deverá ser deferida de plano por esse juízo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Termos em que,
Pede deferimento.

Natal - RN, 21 de setembro de 2015.

GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO
Advogado - OAB-RN nº 680-A

QUESITAÇÃO AOS PERITOS:

01. Quais os ferimentos sofridos pelo Autor quando da ocorrência do acidente automobilístico narrado nos autos?
02. Da ofensa sofrida resultou perda, inutilização ou comprometimento de órgão, membro, sentido ou função?
03. Desses ferimentos resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou incapacidade permanente para o trabalho no Autor?



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

Nome: LUCILIO HONORATO DA SILVA		Nacionalidade: Brasileiro
Residência: RUA FRANCIMAR BEZERRA DA SILVA - 213		Profissão: MESTRE D OBRA
CPF: 778.255.784-49	RG: 1208209	Estado Civil: Casado
Bairro: PLANALTO TREZE DE MAIO	Cidade: MOSSORO	Estado: RN
CEP: 59631-470	Telefone: (84) 9412-8360	

OUTORGADOS: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-MA sob o nº. 7.617, com endereço profissional na Av. Prudente de Moraes, nº 4716, Lagoa Nova, Natal – RN;

PODERES: Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judícia", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive propor quaisquer ações, defender-me nas que me forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante e defendendo-o, na condição de reclamado bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

MOSSORO/RN, 18 de fevereiro de 2014.

Lucilio Honorato da Silva

OUTORGANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Nome: LUCILIO HONORATO DA SILVA

DOC. IDENTIFIC. / OUT. EMISSÃO DE: 1208209 **ESP:** RM

CPF: 778.255.784-49 **DATA NASCIMENTO:** 23/05/1971

PRONOME: ANTONIO HONORATO DA SILVA
MARIA LUIZA DA SILVA

PERMISSÃO: ACC **CAHAB:** AB

Nº REGISTRO: 04863194135 **VALIDADE:** 19/10/2014 **DT. HABILITAÇÃO:** 16/01/2010

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
404708801

PROIBIDO PLASTIFICAR
404708801

Observações:
EXERC. ATIV. REMUNERADA:

Lucilio Honorato da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

SOCAL: MOSSORO, RN **DATA EMISSÃO:** 19/01/2011

10865451191
RN701320625

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)



DECLARAÇÃO

Eu, **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, Casado, MESTRE D OBRA, portador da carteira de identidade/RG: 1208209 e inscrito no CPF sob o nº: 778.255.784-49, capaz, residente e domiciliado na RUA FRANCIMAR BEZERRA DA SILVA - 213, PLANALTO TREZE DE MAIO, cidade de MOSSORO - RN, CEP: 59631-470. Declaro que resido no endereço acima citado e forneço os dados pessoais, documentos e demais declarações para a propositura de Ação Judicial em desfavor de qualquer seguradora conveniada DPVAT_ FENASEG.

MOSSORO/RN, 18 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,


LUCILIO HONORATO DA SILVA



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, portador do RG: 1208209 CPF: 778.255.784-49, residente e domiciliado na cidade de MOSSORO - RN, RUA FRANCIMAR BEZERRA DA SILVA - 213, CEP: 59631-470 declaro para devidos fins que possuo hipossuficiência financeira, não possuindo condições de arcar com custas processuais e honorárias advocatícios sem prejudicar o meu sustento próprio e de minha família, consoante o que dispõe a Lei nº 1.050/06 e 7.115/83.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

MOSSORO/RN, 18 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,


LUCILIO HONORATO DA SILVA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1969412 - ANDERSON DA SILVA COSTA Data/Hora do Acidente (hora local): 05/11/2013 17:40 BR: 110 KM: 45,5
Município/UF: MOSSORO/RN Tipo de Acidente: Colisão traseira Sentido da Via: Crescente
Fase do dia: Anoitecer Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Vertical, Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Ignorada
Houve danos ao patrimônio da União? Não Data e horário da solicitação:
Houve solicitação de perícia? Não Data e horário do
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Urbano Tipo de Localidade: Residencial
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Regular Há desnível? Sim É pavimentado? Sim Largura (m): 2
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Não existe Possui sarjeta? Não existe
Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de inclinação:
Obstáculo ao Cruzamento: Não informado Estado de Conservação do Obstáculo:
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Regular Ocupação: Livre
Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 2
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Reta Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42
NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 8





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CROQUI

Local Preservado

BR-110
Km
854,3

LEGENDA:

- Automóvel
- Veículo Trator
- Pedestre
- Ponto B
- Ponto P
- Ponto C
- Ônibus
- Animal
- Capotagem
- Caminhão
- Tombamento
- Incêndio
- Local da colisão
- Marcha à ré
- Placa de Trânsito
- Trem
- Conjugado
- Objeto Fixo
- Ponto A'
- Ponto A
- Antes da Colisão
- Marca de Frenagem
- Veículo Ausente
- Reboque/Semi-reboque
- Triângulo de Amarração
- Veículo de 2 ou 3 rodas
- Marcha à frente
- Patinação ou Derrapagem
- Depois da Colisão

ÁREA BRANCA

MOSSORÓ

Latitude do Ponto C: _____ Longitude do Ponto C: _____
Referência do Ponto A/A': _____ Referência do Ponto B: _____
Distância AB (m): _____ Distância AC (m): _____ Distância BC (m): _____

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

Narrativa da Ocorrência:

Conforme levantamento no local do acidente, constatei ao visualizar o acidente, assim como por meio dos vestígios nos veículos, no pavimento e, ainda, corroborado pelas declarações dos condutores que: V1 - Honda/CG125 Titan, placa MYB5141, trafegava em sua mão de direção, sem guardar a devida distância de segurança para o V2 - Honda/CG125 Fan, placa NNW4935, que ao diminuir a marcha com intuito de desviar da fiscalização policial que se encontrava no local, contribuiu para que V1 colidisse em sua traseira quando da mudança de direção brusca dentro da pista de rolamento. VER CROQUI.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: MYB-5141 Sequencial: V1 Descrição: _____ Chassi: 9C2JC30101R069848 Renavam: 0075097284
Marca/Modelo: HONDA/CG 125 TITAN KS Cor: VERMELHA Ano: 2001 Tipo: Motocicletas Emplacamento: MOSSORÓ/RN
Ocupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: LUCIENO HONORATO DA SILVA
Endereço: _____ CPF/CNPJ: 037.668.574-36
Município/UF: _____ Telefones: _____ CEP: _____

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: _____ Placa U2: _____ Placa U3: _____ Placa U4: _____
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom Incêndio? Não

Descrição do Recolhimento:

ESTADO DA CARGA

Carregamento: _____ Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: _____ Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: _____ R\$0,00 Produto Perigoso: _____
Descrição da Carga: _____

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: _____ Data/Hora da Recepção (hora local): _____ Motivo: _____
Responsável pela Recepção: _____
Documento do Responsável: _____
Município/UF: _____ Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42
NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 5





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NNW-4935 Sequencial: V2 Descrição: Chassi: 9C2JC4110BR761333 Renavam: 0033674123
Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Cor: PRETA Ano: 2011 Tipo: Motocicletas Emplacamento: MOSSORO/RN
Ocupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: DAMIAO JACKSON DOS SANTOS CPF/CNPJ: 016.648.174-25
Endereço: R EPITACIO PESSOA - NUM. 1474, BARROCAS
Município/UF: MOSSORO/RN Telefones: CEP: 59.618-250
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Freagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/MYB-5141
Nome/Apelido: LUCILIO HONORATO DA SILVA
Data de Nascimento: 25/05/1971 Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
Nome do Pai: ANTONIO HONORATO DA SILVA
Nome da Mãe: MARIA LUZIA DA SILVA
Endereço: FRANCIMAR BEZERRA DA SILVA - NUM. 213, PLANALTO 13 DE MAIO CEP: 59.631-570
Município/UF: MOSSORO/RN Telefones: Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: MOSSORO/RN Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal: MESTRE (CONSTRUÇÃO CIVIL)
CPF: 778.255.784-49 Documento de Identificação: 1208209 Orgão Expedidor: SSP /RN
Origem: Destino:
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Sim Usava Cinto? Não Aplicável Usava Capacete? Sim
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: AB Registro CNH: 04863194135/RN Primeira Habilitação: 16/01/2010
Validade CNH: 19/10/2014 País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: SAMU Responsável pela Recepção: MOTORISTA ALBERTO
Documento do Responsável: SAMU N008736 Data/Hora da Recepção (hora local): 05/11/2013 18:07
Município/UF: MOSSORO/RN Motivo: Socorro
Descrição do: HOSP. TARCISIO MAIA.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42
NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 8





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V2/NNW-4935

Nome/Apelido: DAMIAO JACKSON DOS SANTOS

Data de Nascimento: 03/01/1991

Sexo: Masculino

Estado Civil: Casado

Nome do Pai: ITAMAR DOS SANTOS

Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA SANTIAGO DOS SANTOS

CEP: 59.618-250

Endereço: R EPITACIO PESSOA - NUM. 1474, BARROCAS

Município/UF: MOSSORO/RN

Telefones:

Grau de Instrução: Médio

Naturalidade: MOSSORO/RN

Nacionalidade: BRASIL

Ocupação Principal: ELETRICISTA E ASSEMBLADOS

CPF: 016.648.174-25

Documento de Identificação: 003137564

Orgão Expedidor: ITEP /RN

Origem:

Destino:

Estado Físico: Ileso

Socorrido pela PRF? Não

Usava Cinto? Não Aplicável

Usava Capacete? Sim

Existe Declaração em Anexo? Não

Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não

Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Não Categoria CNH: Registro CNH: Primeira Habilitação:

Validade CNH: País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado

Pertences:

Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor:

Responsável pela Recepção:

Data/Hora da Recepção (hora local):

Documento do Responsável:

Motivo:

Município/UF:
Descrição do

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprt.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42

NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 4 de 8





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG 125 TITAN KS Placa: MYB-5141
Nome do Agente/Assinatura: ANDERSON DA SILVA COSTA N° BOAT: 83091828
Registro/Matrícula do Agente: 1969412 Data: 05/11/2013 17:40

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Guidão, suas fixações e comandos nele instalados.	2		X	
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2		X	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2		X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	
5	Eixo do garfo traseiro	2		X	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X	
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2		X	
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	2		X	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		X	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X	
11	Alça traseira	1		X	
12	Assento (fixação e firmeza)	1		X	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	2		X	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2		X	
Descrição- Componentes estruturais					
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3		X	
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	

Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA" :

0

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☐ Dano de Pequena Monta: até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.
- ☐ Dano de Média Monta: acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.
- ☐ Dano de Grande Monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou Não Existente

NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42
NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 5 de 8



Assinado eletronicamente por: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO - 07/12/2015 17:15:35
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=15120717135421800000004181398>
Número do documento: 15120717135421800000004181398

Num. 4373697 - Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLADOS

Veículo: V2 / HONDA/CG 125 FAN KS
Nome do Agente/Assinatura: ANDERSON DA SILVA COSTA
Registro/Matrícula do Agente: 1969412
Placa: NNW-4935
Nº BOAT: 83091828
Data: 05/11/2013 17:40

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Guidão, suas fixações e comandos nele instalados.	2		X	
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2		X	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2		X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	
5	Eixo do garfo traseiro	2		X	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X	
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2		X	
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	2		X	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	2		X	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X	
11	Alça traseira	1		X	
12	Assento (fixação e firmeza)	1		X	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	1		X	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2		X	
	Descrição - Componentes estruturais	2		X	
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)				
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
	Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA":	3		X	

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

- Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo
- ☐ Dano de Pequena monta: até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.
- ☐ Dano de Média monta: acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.
- ☐ Dano de Grande monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente NÃO = Item não danificado ou Não Existente NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42
NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 8





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828
Comunicação: C1588488
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG 125 TITAN KS

Placa: MYB-5141

Nome do Agente/Assinatura: ANDERSON DA SILVA COSTA

Nº BOAT: 83091828

Registro/Matrícula do Agente: 1969412

Data: 05/11/2013 17:40



Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42

NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 7 de 8





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83091828

Comunicação: C1588488

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V2 / HONDA/CG 125 FAN KS

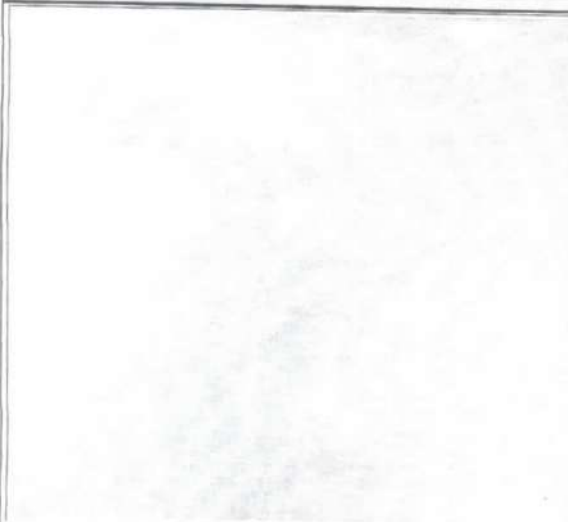
Placa: NNW-4935

Nome do Agente/Assinatura: ANDERSON DA SILVA COSTA

Nº BOAT: 83091828

Registro/Matrícula do Agente: 1969412

Data: 05/11/2013 17:40



Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 23/01/2014 15:18:42

NÚMERO DE CONTROLE: 733063db8c914846

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 8 de 8





ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE
O PACIENTE LUCIO HONORATO DA SILVA
RG: 1208209 SSP/AN, FOI VÍTIMA DE
ACIDENTE MOTOCICLISTICO EM 05/11/2013
COM TRAUMA EM MEMBRO INTERIOR DIREITO
COM FRACTURA DE TUBERO TIBIAL DIREITO E
TRAUMA EM ROTULO DIREITO, COM FRACTURA
DA CADEIA RADIO ULNAR. OPTADO POR TRATAMENTO
CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA.

ATUALMENTE, APRESENTA CONDIÇÃO VICIOSA
EM PLANTO MEDIAL DIREITO, OBSERVADO GENÓVIO
COM JOELHO DIREITO ASSOCIADO A LIMITAÇÃO DO
FLEXÃO E DOA RESIDUA AO DEAMBULAR. CONTATOS
DOA RESIDUA EM ROTULO DIREITO QUE PODE
AOS ESFORÇOS.

PACIENTE EM ALTA DO SEGUIMENTO
AMBULATORIAL

23/05/2015

Eduardo de A. Carraro
Médico
CREMERC-11458





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO MAIA

Fco. William Carvalho Ferreira
Ortopedia - Doenças Reumáticas
Medicina do Trabalho
CRM 11.000/RR - RMTB 149/RN

2441016

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Garcia Honorato da Silva N.º: 2305 Idade: 23
Profissão: Armeiro Cartão SUS: 123
Endereço: Rua: Barra da Beira Bairro: Barra da Beira
Cidade: Mossoró U. F.: RN Fone:
Filiação: Mãe: Pai:

Data: 15.04.2013

Hora: 18:45

A. C. C. R.:

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H. D. A.)

Paciente vítima de queda de
motocicleta há por volta de 4 hrs.
Tragido sobre protocolo SAMU
A - Nega lesões
M - Nega uso de medicamentos
P - Nega patologias prévias.

Queda de moto opo caia de /
outra moto.

2 - EXAME FÍSICO

A - Vias aéreas permeáveis, sem comprometimento
cervical
B - Eupneico, ARV expandido, timpanismo
bilateral. Sat O₂ = 96%
C - Hemodinamicamente estável, pulsos cheios
e uniformemente palpáveis. FC = 96 bpm PA = 100 x 80
D - EC 6 = 15. Pupilas isocóricas e fotossensíveis
E - Dor no cotovelo direito
Dor de limitação e limitação funcional
no joelho direito

HOSPITAL RE
CITA GOMES
SANE MOSCOSO
SANE MOSCOSO

708/05/14
708/05/14

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Fratura no joelho direito intra-articular



4 - CONDUÇÃO MÉDICA

Data: 05/11/13

Hora: 18:55

① Avaliação da otopexia: Fratura intraarticular grave de plataforma tibial.

Examinado e visto RX:

Procedimento: TPA com Podalica com alhona do dorso.

8/ Aguardar oportunidade operatória.

Fco. William Carvalho Ferreira
Ortopedia - Doenças Reumáticas
Medicina do Trabalho
CRM 1160/RN - MTE 149741

5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	VIA	ENFERMAGEM	
			HORÁRIO	ASSINATURA
05.11.13	Volta com 25mg	CV		
	DIPIRONA 45	CV		
	Decodron 120			
	ABD 18ml			

Fco. William Carvalho Ferreira
Ortopedia - Doenças Reumáticas
Medicina do Trabalho
CRM 1160/RN - MTE 149741

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)

7 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

(x) ALTA DO PRONTO SOCORRO () INTERNAÇÃO HOSPITALAR () TRANSFERÊNCIA () OUTROS (Descreva)

Observações:

Data: 05/11/13

Hora: :

Identificação Médica

Fco. William Carvalho Ferreira
Ortopedia - Doenças Reumáticas
Medicina do Trabalho



SINISTRO 2014086226 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUCILIO HONORATO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

BENEFICIÁRIO LUCILIO HONORATO DA SILVA

CPF/CNPJ: 7782557844^c

Posição em 21-09-2015 08:40:38

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
17/02/2014	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

Espécie: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

DECISÃO

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Trata de ação de cobrança de DPVAT, a qual deveria seguir o procedimento sumário estabelecido no art 275, II, "e", do Código de Processo Civil.

Entretanto, em casos tais, em que dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, é importante a adoção de providências para que o processo tramite com celeridade, sendo, portanto, de bom alvitre que a audiência de conciliação seja postergada, motivo pelo qual deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a(o) ré(u) para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Observe a Secretaria o preceito contido nos arts. 223 e 285 do CPC, devendo constar na citação, expressamente, a advertência de que, se não contestados, especificamente, os fatos afirmados pela parte autora na petição inicial, serão estes presumidos como verdadeiros (art. 285 c/c 319, ambos do CPC).

Apresentada a contestação a tempo e modo, com arguição de matéria preliminar (CPC, art. 301), intime-se a parte autora, através de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias. Havendo apenas a juntada de documentos, intime-se para se manifestar em 05 (cinco) dias.

Após o prazo para defesa, diante da necessidade de prova pericial, nomeio perito o Dr. **Eucimar Pereira Guimarães** médico ortopedista, determinando a intimação do mesmo para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência mínima de 30 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico.

Arbitro os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser depositado, após a realização da perícia, pela **Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro Rio de Janeiro/RJ, nos termos do **Convênio nº 01/2013** firmado entre esta e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.



Intime-se pessoalmente a Seguradora Líder para que, em 10 (dez) dias após a entrega do laudo, providencie a realização do depósito, comprovando nos autos.

Advirta-se a parte autora que o seu não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro (raios-x, TC, RNM, exames laboratoriais) implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar.

Formulo os seguintes quesitos:

- 1- Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- 2 – Qual(is) a(s) região(ões) corporal(is) ou função(ões) orgânica(s) encontra(m)-se acometida(s)?
- 3 – Essas lesões causaram apenas disfunções temporárias ou ocasionaram dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)?
- 4- O dano anatômico ou funcional compromete a íntegra (total) ou apenas parte (parcial) do segmento orgânicos ou corporal atingindo?
- 5- O comprometimento de um ou mais segmentos corporais da vítima se deu de forma completa ou incompleta?
- 6- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para o exercício das funções habituais do segmento orgânicos ou corporal atingindo é intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual(10%)?

Após apresentado o laudo, intem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 10 (dez) dias, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Em seguida, a Secretaria inclua o feito na pauta de **audiências de conciliação/ordenação do feito**, intimando-se as partes por seus patronos, através do DJe, deixando a Secretaria de emitir as cartas de intimação, ficando a cargo dos advogados informarem a seus constituintes sobre a necessidade de comparecimento à audiência.

Natal/RN, 12 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DA SILVA LIMA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, 4º andar, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

BRADESCO SEGUROS S/A
Avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a).

PAULO SERGIO DA SILVA LIMA, MM Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código 16011417424263200000004383440, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)



Autor: AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Réu: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

NATAL/RN, 9 de março de 2016.

RAMON IURY ALVES DE AMORIM

Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>2ª Vara Cível da Comarca de Natal Rua Doutor Lauro Pinto, 315, 4º andar, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250</p> <p>Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001</p>	<p>2ª Vara Cível da Comarca de Natal Rua Doutor Lauro Pinto, 315, 4º andar, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250</p> <p>Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001</p>
<p>Destinatário:</p> <p>BRADESCO SEGUROS S/A Avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200</p>	<p>Destinatário:</p> <p>BRADESCO SEGUROS S/A Avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200</p>



Nesta data, realizei a juntada do Aviso de Recebimento endereçado à parte BRADESCO SEGUROS S/A , com a informação "Cumprido"



Correios		AVISO DE RECEBIMENTO		AR	MP	DATA DE POSTAGEM
DESTINATÁRIO BRADESCO SEGUROS S/A AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS 4022 LAGOA NOVA 59056-200 - NATAL - RN						UNIDADE DE POSTAGEM
JO 40649340 1 BR 14 MAR 2016						QARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 16 MAR 2016
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR PODER JUDICIÁRIO DO RN 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL RUA DOUTOR LAURO PINTO 315 4º ANDAR CANDELÁRIA 59064-250 - NATAL - RN						
TENTATIVAS DE ENTREGA		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) Proc. 0853186-80.2015				
1ª _____ : _____ h 2ª _____ : _____ h 3ª _____ : _____ h		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe endereço <input type="checkbox"/> 4 Endereço incorreto <input type="checkbox"/> 5 Outros		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		
ASSINATURA DO RECEBEDOR		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 8.927.239-0		DATA DE ENTREGA 16/03/2016		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE 2229532		



Contestação em anexo.



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa

João Martins

Rafaella Barbosa

Joselaine Maura

Fernando Barbosa

Carlos Eduardo

Amanda Maia

Cristina Ferreira

Isabel Chagas

Noemia Teixeira

Osmar Aquino

Roberto Costa

Rodrigo Almeida

Taís Silva

Tiago Leão

Adriana Moura

André de Souza

Anna Carla de França

Carolina Câmara

Cristiane Silva

Eduardo Dias

Gabrielle Serrano

Juliana Cruz

Kelly Oliveira

Lohan Mota

Raphael Neves

Renan Farias

Tamires Farias

Walter Araújo

Assistentes Jurídicos

Breno Azambuja

Kellen Drummond

Michael Cunha

Rita Nogueira

Roberta Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Processo n.º **08531868020158205001**

BRADESCO SEGUROS S.A, empresa seguradora com sede à Av. Paulista, 1415 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01311-200, inscrita no CNPJ sob o número 33.055.146/0001-93 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/11/2013**, restando permanentemente inválida. Deste modo, procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 23/01/2014.



Ocorre que, a parte autora não se atenta ao fato de que o sinistro ocorreu na plena vigência da Lei 11.945/2009 que estabelece um percentual indenizatório de acordo com o membro afetado para os casos de invalidez, entendimento este já pacificado através da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

INICIALMENTE

DA MANUTENÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA LÍDER NO PÓLO PASSIVO

Inicialmente, cumpre destacar que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, que determina que os pagamentos que os pagamentos de indenizações sejam pagos pelos Consórcios, encontra-se o principal motivo, da **INCLUSÃO** ora pleiteada. Desta forma, é de fácil visualização que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

Ressalte-se, em perfeito atendimento ao Princípio da Eventualidade, que a Inclusão em apreço não acarretará qualquer tipo de lesão ao perfeito cumprimento das obrigações, caso seja julgada procedente a presente demanda.

Assim, sopesando-se os fatos supracitados, requer a exclusão do pólo passivo da presente demanda, para que passe a figurar somente como Ré na presente demanda a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.



DO MÉRITO

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de **R\$1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML QUANTIFICANDO EM PERCENTUAL O GRAU DE INVALIDEZ

DESCUMPRIMENTO AO ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.



Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda².

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Deste modo, diante do acidente narrado na exordial ocorrido em 05/11/2013, houve pagamento administrativo no valor de R\$1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) de acordo com a lesão apresentada pela vítima.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

²“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)



A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral ³.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁴.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- **Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**
- **Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁵.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁶

³APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INVALIDEZ DE CARÁTER PARCIAL – LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO - DEBILIDADE PERMANENTE COMPROVADA EM LAUDO PERICIAL - APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ - PROPORCIONALIDADE – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UTILIZAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 COMO PARÂMETRO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE FORMA JUSTA E EQUÂNIME – MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE RECURSO REPETITIVO – APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO. (TJPB - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0000346-88.2012.815.0081 - DATA JULGAMENTO 15/04/2015)

⁴**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁵“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁶**art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal, por força da Lei.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁷, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

⁷“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 15%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer a produção de prova oral, documental suplementar e pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito na sob o **nº OAB/RN 980-A** e **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o **nºOAB/RN 5432**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 6 de abril de 2016.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

3 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

5 - Em caso de pagamento administrativo, queira o Sr. Perito informar se houve agravamento da lesão do autor após a realização da perícia administrativa;

6 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Contratos e Convênios

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº
01/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE E A SEGURADORA LÍDER
DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, sediado à Praça Sete de Setembro, s/nº, Centro, Natal/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, **CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 123.277 - JTRP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 106.850.904-00, doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.668/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER** e pelo seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, doravante denominada **SEGURADORA LÍDER**, residente e domiciliado em Natal/RN ajustam a celebração do presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2013** conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O objeto do presente aditivo consiste na modificação do teor da cláusula primeira (do objeto) e segunda (das Obrigações dos Convencientes dos Compromissos dos Partícipes).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Depois da assinatura do presente instrumento, as Cláusulas 1ª e 2ª, abaixo destacadas, passarão a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas judiciais em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em qualquer ação que envolva o seguro DPVAT, independentemente de qual seja a entidade/seguradora demandada;

1.2. O Magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

1.3. As perícias realizadas serão pagas pela **SEGURADORA LÍDER** a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), independentemente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima/periciada);

1.4. Realizada a perícia, a **SEGURADORA LÍDER – DPVAT** terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Processo nº 01574-0/11

1 de 3



1.5 Realizado acordo nos termos DPVAT a seguradora, lida ficará isenta do pagamento das custas finais do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICÍPIES

2.1. Compete ao TRIBUNAL:

2.1.2. Garantir a indicação de perito judicial e as intimações: da parte autora para realização da perícia médica, e de ambas as partes para ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos de ambas as partes.

2.2. Compete à SEGURADORA LÍDER:

2.2.2. Providenciar o pagamento das perícias judiciais realizadas processo a processo, a um valor fixado individual de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima/autor do ato.

22.3. Providenciar as comprovações dos pagamentos das perícias judiciais realizadas nos autos, na forma de Lei

2.2.4. Durante os eventos dos mutirões DPVAT a Seguradora Líder se compromete a pagar todas as despesas para a montagem da estrutura física dos eventos e também os custos com materiais de expediente tais como, resma de papel, canetas, etc.

Z- CLÁUSULA TERCEIRA- DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 O presente editivo tem amparo na lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3 - CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:

3.1 - Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições até então pactuadas e não expressamente modificadas por este aditivo.

4- CLÁUSULA QUINTA - DO FORO:

4.1 Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao presente convênio, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em História da UFPA
Projeto nº 01/2012

1 de 2




E, por estarem justos e acordados, firma o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado por todas as partes e pelas testemunhas abaixo arroladas.


Natal/RN, 30 de Junho de 2015.


CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS
Desembargador Presidente
Tribunal de Justiça do RN


RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER
Diretor Presidente
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A


MARCELO DAVOLI LOPES
Diretor Jurídico
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

TESTEMUNHAS


TORQUATO ALVES BARBOSA


José Márcio Pacheco Neto

CPF: 876.281.044-67



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Chalana Cunha Mota**, inscrita na OAB/RN sob o nº 10.852, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Fernanda Christina Flôr Linhares**, OAB/RN 12.101, **Rodrigo Azevedo da Costa**, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.094 e **Caroline de Gois Kirsch**, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08531868020158205001.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2016.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	17/02/2014
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	1.687,50
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUCILIO HONORATO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03064

CONTA: 000000014096-0

Nr. da Autenticação 501639566BC92E9D





PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL

DADOS DO SINISTRO

Número:	2014086226	Cidade:	Mossoró	Natureza:	Invalidez
Vítima:	LUCILIO HONORATO DA SILVA	Data do acidente:	05/11/2013	Emissor do parecer:	Fabírcia Souza da Silva
Seguradora:	COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	Prestadora:	IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA	CRM do médico:	312915

PARECER

Data da análise: 13/02/2014

Valoração do IML: 0,00

Perícia médica: Não

Diagnóstico: trauma joelho d

Resultados terapêuticos: tto conservador

Sequelas permanentes: dano funcional joelho d



Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: dano médio' joelho d

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 13.500,00

Médico avaliador: arnaldo kacelnik

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda completa da mobilidade de um joelho	25	1	50

Valor avaliado: 1.687,50

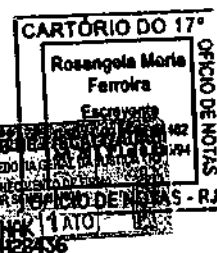
SUBSTABELECIMENTO

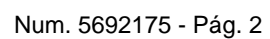
Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S/A**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 114.089. Com escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020 os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.**

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012.


Maristella de Farias Melo Santos

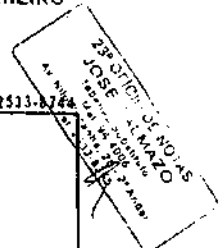
17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9808
Reconheço por autenticidade a firma de: **MARISTELLA DE FARIAS MELO**
SANTOS (Cod: 88842237167R)
Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012. Conf. por _____
Em testemunho _____ de verdade. Serventia _____
Rosângela Maria Ferreira - Aut. Total 30X TJ+FUNDOS 4-33 1-28 5-61







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO GUIDO MACIEL
ARY SUCENA FILHO - TAB. EM EXERCÍCIO
JOSÉ SALMAZO - SUBSTITUTO
AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: 2533-4505 / 2533-6784

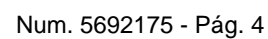


ATO Nº 007 PROCURAÇÃO bastante que faz, BRADESCO SEGUROS S.A.,
LIVRO Nº 9473 na forma abaixo:
FOLHA Nº 008

S A I B A M quantos esta virem que aos cinco (05) dias do mês de junho do ano de dois mil e doze (05/06/2012), nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Escrevente, CTPS nº 39850/243-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A., com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista, nº. 1.415, Parte, CEP: 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.055.146/0001-93, neste ato, representada, por seu Diretor Gerente: IVAN LUIZ GONTIJO JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RJ nº 44.902 e no C.P.F. 770.025.397-87, e seu Diretor: HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA, brasileiro, casado, contador, portador da CI/CRC-RJ nº 075823/O-9, inscrito no C.P.F. sob o nº 756.039.427-20, ambos domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1.415, Bela Vista, ora de passagem por esta cidade; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que, por este público instrumento, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26, GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.067-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007. A presente revoga a procuração lavrada nestas notas, livro nº 9157, fls. 114, ato nº 113, de 08/01/2010. Lavrada sob minuta. Foram expedidas 2 certidões a pedido da OUTORGANTE. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$ 18,03 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$ 6,82 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 5,23 a que se refere a comunicações; R\$ 6,01 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$10,25 a que se refere a Mutua dos Magistrados/ ACOTERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNDEPERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 24,51 a que se refere a distribuição. Assim o disse e me pediu que lhe Lavrasse a presente que li, aceite e



7 a digitei. E eu, h Tabelião Substituto a subscrevo e assino.



JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.632.708/11-6

13 07 11



Bradesco Seguros S.A.
CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091
Grupo Bradesco de Seguros e Previdência
Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia
Geral Ordinária realizadas cumulativamente em 30.3.2011

Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de março de 2011, às 13h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP.

Quorum: Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os representantes da Bradseg Participações Ltda., única acionista da Sociedade. Verificou-se também a presença dos senhores Marcos Suryan Neto, Diretor Gerente, e Edison Arisa Pereira, representante da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Mesa: Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior.

Convocação: dispensada a convocação por Edital, de conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976.

Ordem do Dia:

Assembleia Geral Extraordinária:

- Examinar propostas da Diretoria para:

- a) aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social;
- b) alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13.



173 FÉLIX DE LEMOS - Tabelião Carlos Alberto Ferra Oliveira
 Rua do Cavaco, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 777-0000
 e-mail: fcl@fcl.com.br
 O presente documento é a reprodução
 fiel do original que foi apresentado. Data: 07/09/2016. Confirmação
 original que foi apresentado. Data: 07/09/2016. Confirmação
 Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 2016. Serventia
 Total

Berni Rodolfo Ferra Oliveira - Adv.

Grupo Rodolfo
 Belem Gasco
 Escrevente
 CAPICSA n.º 94.04161
 At. 01321483594
 OBRIGADO - T

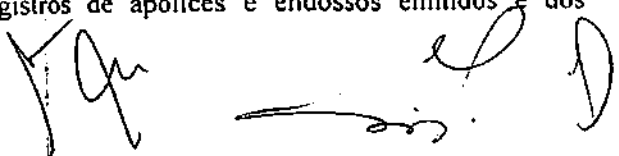


JURIS
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .2.

Assembleia Geral Ordinária:

- I) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010;
- II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2010 e distribuição de dividendos;
- III) eleger os membros da Diretoria da Sociedade;
- IV) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores;
- V) ratificar as seguintes designações de Diretor responsável:
 - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;
 - pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade;
 - pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.
- VI) designar, perante a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, o Diretor:
 - de Relações com a SUSEP;
 - responsável pela Área Técnica de Seguros;
 - responsável administrativo-financeiro;
 - responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos.



EXERCÍCIO DE 2012 - Tabelião Carlos Alberto Firmino
 Rua do Carmo, 55 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 21-2507-1111
 Duplicata e nota fiscal que a presente certidão é a reprodução
 original que foi apresentado/Outra Recibo 07/2012. Confirmação
 Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2012. Setenta e
 Cinco mil e quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos.
 Paulo Roberto Passos Passos - Aut. Total



JUL 13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .3.

Deliberações:

Assembleia Geral Extraordinária:

- aprovadas, sem qualquer alteração ou ressalva, as Propostas da Diretoria, registradas na Reunião daquele Órgão, de 25.3.2011, a seguir transcritas: "I) Aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Se aprovada esta proposta, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Art. 6º) O Capital Social é de R\$5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais), dividido em 750.693 (setecentas e cinquenta mil, seiscentas e noventa e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal."; II) Alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13. Se aprovada esta proposta, as redações dos Artigos 7º, Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13 do Estatuto Social passarão a ser as seguintes: Art. 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 6 (seis) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 5 (cinco) Diretores. Art. 8º) **Parágrafo Segundo** – Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Gerente. **Parágrafo Quinto** – Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º, deste Estatuto. Art.



170 OFFICINA DE NOTAS - Tabelião: Carlos Alberto Figueira - RJ. Tel: 2107-9800

Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20014-000

Assinatura e data que a presente Nota é a reprodução original que foi apresentada. Data: 05/09/2016. Serventia: SGT. THIAGO MIRANDA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Em 22 de Setembro de 2016.

Por: Thiago Figueira Figueira - TAV.

Cartão: Bruno Rougier 00471224

Escritório: 00471224

Matrícula: 00471224

OFÍCIO DE NOTAS -

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
DOH
AUTENTICAÇÃO



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .4.

10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; II. distribuir entre os Diretores Gerentes e Diretores, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretores Gerentes: auxiliar o Diretor-Presidente, supervisionando e coordenando as Diretorias que lhe ficarem afetas; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas Diretorias, reportando-se ao Diretor Presidente ou Diretor (es) Gerente (es) a que ficarem subordinados. Art. 13) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I. Diretor-Presidente e Diretor Gerente – menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.”.

Assembleia Geral Ordinária:

- I) tomaram conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes e aprovaram, sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010, de conformidade com a publicação efetivada em 25.2.2011, no jornal “Diário do Comércio”, páginas 17 a 22; e em 26.2.2011, no jornal “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 9 a 18;
- II) aprovada a proposta da Diretoria registrada na Reunião daquele Órgão, de 22.2.2011, para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme segue: “Tendo em vista que esta Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2010 lucro líquido de R\$2.741.493.490,79, propomos que seja destinado da seguinte forma: R\$137.074.674,54 para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal de 2010”; e, após adicionar o efeito positivo referente à realização da “Reserva de Reavaliação”, no montante de R\$1.530,12, R\$1.842.420.346,37 para a conta



170 PERITO DE LITIGAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo Oliveira
Rua do Forno, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel. 2500-1111
atua no lit. civil, crim., falc., inf., e de família, e de inventário
Perímetro e área de que se trata e a reprodução
original que foi apresentada, totalizando 70%.
Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 2016.
Serenata
30% TAFI
Total

Bruno Rodrigo Farias Faccini - Aut.

CARTÓRIO
Bruno Rodrigo
Belém Gama
CPF: 005.909.015-11
CAD: 000.000.000-00
INSC. EST. 1.123.456.789
OFICINA DE LITIGAS

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CONFÉSSÃO GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
DPZ
60971217



JUCESP
13 07 11

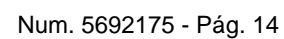
Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .5.

“Reserva de Lucros - Estatutária de 2010”; e R\$762.000.000,00 para pagamento de Dividendos, o qual foi feito em 29.12.2010.”;

III) para composição da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, até 30.3.2012, foram reeleitos os senhores: **Diretor-Presidente: Marco Antonio Rossi**, brasileiro, casado, securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores Gerentes: Aurélio Conrado Boni**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428/SSP-SP, CPF 191.617.008/00, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; **Marcos Suryan Neto**, brasileiro, divorciado, securitário, RG 12.925.794-SSP/SP, CPF 014.196.728/51; **Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, Registro nº 44.902/OAB, CPF 770.025.397/87, ambos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Marcio Serôa de Araujo Coriolano**, brasileiro, divorciado, economista, RG 2.686.957/IFP-RJ, CPF 330.216.357/68; **Ricardo Saad Affonso**, brasileiro, casado, securitário, RG 04.388.031-9/IFP-RJ, CPF 531.032.627/87, ambos com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; **Norton Glabes Labes**, brasileiro, casado, securitário, RG 3.594.614-3/SSP-SP, CPF 111.610.008/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; **Enrique Adan Y Coello**, espanhol, casado, securitário, RNE W491.929-4-SE/DPMF/DPF, CPF 037.520.188-28; **Tarcísio José Massote de Godoy**, brasileiro, casado, securitário, RG 554.548/SSP-DF, CPF 316.688.601/04; e **Alexandre Nogueira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 08.473.020-9/IFP-RJ, CPF 026.251.157/69, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, sendo que permanecerão em suas funções até que os nomes dos Diretores que forem eleitos em 2012 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 136, de 7.11.2005, da Superintendência de Seguros



The image shows a collage of various documents. At the top, a document with the word 'CARTÃO' is visible, featuring a black and white portrait of a man. Below it, a document titled 'RECEIÇÃO' (Receipt) is partially visible, with text including 'SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO' and 'COMANDO EM CHEFE'. To the right, a document from 'OFICINA DE NOTAS' (Note Office) is visible, with the text 'At. 209.1 Tel. 803.51' and a date '4.4.55'. A barcode is also present on the left side of the collage.



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .6.

Privados - SUSEP, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

IV) fixados: a) o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, aos membros da própria Diretoria, conforme determina a letra "g" do Artigo 9º do Estatuto Social; b) a verba de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para custear Plano de Previdência Complementar Aberta destinado aos Administradores e Funcionários da Organização Bradesco;

V) ratificadas as seguintes designações:

- senhor *Marcos Suryan Neto* - responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade; e pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes;
- senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa* - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;

VI) designados:

a) o senhor *Tarcísio José Massote de Godoy*:

- 1) em substituição ao senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, como Diretor de Relações com a SUSEP e responsável pela Área Técnica de Seguros;



170 FORTIN DE 141165 - Tabelião Carlos Alberto de Jesus
Rua do Carmo, 50 - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20011-000
Obrigações de 141165 - 141165 - 141165 - 141165 - 141165
Perf. Fim e das 141165 a 141165 - 141165 - 141165 - 141165 - 141165
original que foi apresentado - 141165 - 141165 - 141165 - 141165 - 141165
Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2017 -
Total
Bruno Rodrigo Pádua Facpar - Adv.

CARTÓRIO DO 17
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escritório
OBRIGADO 141165
RUA DO CARMO, 50 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ 20011-000

Belem de Beluziano
conferência geral
da justiça - RJ
JDI
AUTENTICADO
141165
141165



JUCESP
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .7.

- 2) em substituição ao senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, como Diretor responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos;
- b) o senhor *Haydewaldo Roberto Chumberlain da Costa*, em substituição ao senhor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, como Diretor responsável administrativo-financeiro.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

Assinaturas: Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Administrador: Marcos Suryan Neto; Acionista: Bradseg Participações Ltda., por seus procuradores, senhores Carlos Laurindo Barbosa e Johan Albino Ribeiro; Auditor: Edison Arisa Pereira.

Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.



Bradesco Seguros S.A.

Ivan Luiz Gontijo Júnior

Tarciso Jose Massote de Godoy



T. 10 (10) de 10/10/15 - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo
 Rua do Comércio, 50 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21-250-2500
 e-mail: t.10@t10.com.br - www.t10.com.br
 Certifico e dou fé que o(a) Sr(a) Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira,
 brasileiro(a), nascido(a) em 27 de Novembro de 2017,
 filho(a) de Leandro e Patricia,
 portador(a) do RG nº 1.253.123.78,
 inscrita no CPF nº 05.599.770.00,
 residente e domiciliado(a) em Av. ...,
 nº ...,
 bairro ...,
 cidade ...,
 estado ...,
 CEP ...,
 compareceu a esta Tabelaria para a realização de um ato de ...,
 e, em seguida, assinou a presente certidão, juntamente com o(a) Sr(a) ...,
 testemunha, e eu, o Tabelião, assinamos a presente certidão.
 Dada em ...,
 no dia ... de ... de ...,
 no local ...,
 assinamos a presente certidão.
 Carlos Alberto Figueiredo - Tabelião





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X00000000388)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por: Serventia
Em Testemunho da verdade. 36% TUGANTORIO DO 2º

Geovani Alves Cunha - Aut. Total
ERCM-57192 UFL Consulte em <https://www3.lj.rj.jus.br/site/seguradora>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSE MARCIO BARBOSA NORTON
(X00000000388)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por: Serventia
Em Testemunho da verdade. 36% TUGANTORIO DO 2º

Geovani Alves Cunha - Aut. Total
ERCM-57194 BDU Consulte em <https://www3.lj.rj.jus.br/site/seguradora>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé de que a presente é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Local: XXXXXXXXXX. Conf. por: Serventia
Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.
Geovani Alves Cunha - Aut. Total
ERCM-57231 INQ Consulte em <https://www3.lj.rj.jus.br/site/seguradora>



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



17º OFICIO DE NOTAS - Isabele Carlos Alberto Faria Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: (21) 2020-1111
Fax: (21) 2020-1111
E-mail: notas@tjrn.jus.br

Cartão de identificação do documento
Número do documento: 16041915103600800000005417764

Origem: 17º OFICIO DE NOTAS
Data de emissão: 19/04/2016
Data de validade: 19/04/2016

Assinatura: 
Nome: THIAGO MIRANDA GONCALVES DE OLIVEIRA
Cargo: Escrevente
CPF: 030.458.912-00

Valor: R\$ 1,53
Total: R\$ 1,53

Assinado eletronicamente por: THIAGO MIRANDA GONCALVES DE OLIVEIRA - 19/04/2016 15:11:10
https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16041915103600800000005417764
Número do documento: 16041915103600800000005417764





2630991

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reatificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

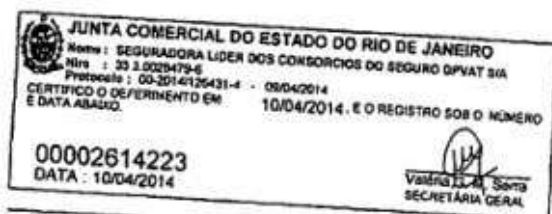
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salzano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 2 de 2





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

BRASIL SANEAMENTO S.A.
CNPJ Nº 08.166.561/0001-30

[illegible]

ISSN: 0441-1799

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 10.334.834/0001-18
NIRE: 33.1.6028819-4

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06/03/2009. 1. Local, data e hora: 06/03/2009, às 11:00 na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candalaria, nº 53, 20ª andar, Centro. 2. Presença: Acolitistas representando a totalidade da Companhia.

SUMÁRIO

Atas, Certificações e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas.....	1
Aviões, Edifícios e Termos.....	2
Associações, Sociedades e Firmas.....	3
Extrato de Documentos.....	4
Letras Extrajudiciais.....	5

[illegible]

pro. Mesa: Antonio Luiz Benevides Xavier - Presidente; Danilo Carlos Moreno Tavares - Secretário. AJCERJA nº 0000188344 em 16/03/2009. Valéria G. M. Sane - Secretária Geral.

WE: \$44,875

CONSTRUTORA GUEROZ GALVÃO SA

[illegible]

WPI BACIDITY

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTD
CNPJ/MF 30.025.082/0001-25

ATA DE REUNIÃO DO BODOC Nº 003/2009-001-29
 A 100%, os sócios mensalmente 100% (um por cento) da capital da Petition Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 07.302.029/0001-23, na sede da sociedade localizada na Quilombo nº 52, 1º andar (parte), aproximadamente por um milhão e oitocentas e noventa e sete reais e 00/100 (mil e oitocentas e noventa e sete reais) no importe de R\$ 600.820,00 (seiscentos e oito mil, oitocentas e noventa e sete reais) mediante transferência ao Sólido Mais Cesar Carmemelo dos Anjos, que seguem: a) Prêlo nº 13.750 Lige e Sociedade de Ar. Investidor Alentejo, antiga Ar. Alentejo Bathister e Sociedade de Ar. Investidor Alentejo, inscrita no CNPJ nº 07.302.029/0001-23, inscrita no Matricula nº 68.478 do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Commerce da Capital do Estado do Rio de Janeiro; b) Sítio nº 18 de Quatro P da Planta 61-55-12915, com área para Ar. Cesar Morant, antiga Servilho "H", Bairro dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, inscrita no Matricula nº 68.478 do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Commerce da Capital do Estado do Rio de Janeiro; c) Redução de 1.352,93 (um milhão, trezentas e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e três) cotas da capital da sociedade; d) Alteração do corrente social, suplantando as modificações promovidas pelo Conselho (RLS, 21 de setembro de 2009) e o Conselho Gerencial (Resolução nº 001/2009-001-29, de 22 de setembro de 2009).

MR. MANNING:



GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNP JMF # 00.002.000/0001-37

[illegible]

DR. NABITT

SEGURO LIDER DOS
CONSORCIOS DO SEGURO OPYAT S.A.
CNPJ nº 09.348.608/0001-04

NOME Nº 33.3002879-8

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 19 DE MARÇO DE 2009 - DWIN, Horta e Local: Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, no salão nobre da Associação Desportiva e Recreativa DWIN nº 74, 13º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Convocação: O edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial da União" nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 116, 126 e 121, respectivamente, a no "Jornal Valor Econômico", nos dias 02, 03, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 98, 61 e 10, respectivamente.

Assinatura dos Dirigentes Privativos: O Registro de Administração nº 33.3002879-8 é assinado por:

[illegible]

Demarcação de áreas referentes ao exercício social em 2009 em 31 de dezembro de 2009, compreendidas dos parceiros das maiores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria 3) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2009; 4) Deliberação sobre a distribuição do Dividendo, no valor de R\$ 0,00 por ação ordinária, em 31 de dezembro de 2009; 5) Eleição dos membros do Conselho de Administração e deliberação sobre a remuneração global da Administração para o ano de 2009, e 6) Ratificação das designações de diretores resultantes perante a Assembleia Geral Ordinária de 2009. O Conselho de Administração da Companhia SUPERCOOPCOHAB 88060, em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o art. 2º do Estatuto Social para incluir os P. 14 e 15 e altera a Sua Bandeira Social nº 74, para, juntamente com o



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo
 Rua do Carmo 63 Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 5099-0000
 E-mail: c.alfirmo@tjrrj.jus.br

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução do original que foi assinado, Cod: X00000088993. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Geovani Alves Cunha - Aut.

EAGB-57237 SKA Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Serventia	: 0.50
36% T.FUNDOS	: 1.33
Total	: 5.86

CARTÓRIO DO 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrivão
 OFÍCIO DE NOTAS

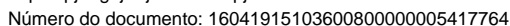


[illegible]

52 44572

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/02/2009, 1. Questão: 10 - Resolução 09/2009, de 10/02/2009, no texto social da Companhia, editada na Rte Cardeal, nº 327, andar, Centro, 10º de Janeiro - RJ. 3. Retificação: Edital de Convocação publicado nos dias 23, 25 e 27/01/2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, 3. Emissão: 1.º Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária, com o fim de votar o texto social da Companhia, sendo constituída a Comissão de Redação para a elaboração do texto social, tendo sido aprovado em sessão legal pela realização desta Assembleia, estando presente (em nome) o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Demétrio Carlos Moreira Terres, 4. Mens: Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rorato; Secretário: Demétrio Carlos Moreira Terres - 5. Assistentes: 5.1. Deliberação: A Assembleia Geral Extraordinária, após a leitura e discussão dos projetos de alteração do texto social e, em consequentes respostas, sobre as seguintes questões, bem como a leitura e publicação da presente ata em nome do Art. 130 da Lei 6.404/76, § 1.º, Aumento do limite do capital autorizado da DEEPAR com alterações estatutárias: Os acionistas declaram aumento do capital autorizado da DEEPAR para R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sob a forma que o capital social da Companhia possa ser aumentado até esse limite independentemente de reforma estatutária, mediante mudanças de capital estatutadas pela Companhia. Desse forma, os acionistas declaram aceitar o Artigo 3.º, bem como o caput do Artigo 3.º, e o inciso I do Artigo 3.º, em seu parágrafo 3.º, com a substituição da enunciação dos artigos 3.º e 4.º do Estatuto Social da Companhia, e o Artigo 3.º do Estatuto Social da Companhia e ter as seguintes novas redações: Nova redação dos Artigos 3.º e 4.º do Estatuto Social da Companhia: "Art. 3.º. O capital Social, inicialmente autorizado e integralizado, é de R\$ 125.567.372,80 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e oito reais), dividido em 125.567,3728 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias e 1.385.500 (mil e trezentos e oito mil, quinhentos e oitenta e nove) ações preferenciais, todas inscritas e sem valor nominal, e o Artigo 3.º da Companhia tem autorizada para aumentar o capital social, podendo ser emitido até o limite de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais). (...) § 3.º. O limite do capital autorizado da Companhia aumenta sobre ser modificado por deliberação da Assembleia Geral. § 4.º. Compete ao Conselho de administração deliberar sobre a emissão de ações, até o limite do capital autorizado. Resolva a autoridade de emissão de ações, até o limite do capital autorizado, o Conselho de administração, bem como as demais condições e procedimentos referentes a toda emissão, estipulando-se que os aumentos de capital se farão preferencialmente a realização de investimentos nas sociedades filiadas e a Companhia participe de que lhe venha a participar, mediante o objeto social. § 5.º. Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que asseguram o número de ações sobre as ações de Companhia, na proporção do número de ações por eles apostas em R\$ 3.º. No caso mencionado no Artigo 172 da Lei 6.404/76, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá

(21) 27174141



[illegible]

- Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 189,00 (*)
FUNICIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) BOMBEIO PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

Obs.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não se responsabiliza por possíveis alterações nas vendas e assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nome das agências e não diretamente com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Não serão aceitos pedidos de cancelamento de assinaturas em nome de terceiros.

Centro - Niterói, RJ. ATENÇÃO: É vedada a divulgação de valores pelas vendas de assinaturas de D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marques de Olinda 28, Centro - Niterói, RJ. CEP 24030-179. Tel: (0xx21) 2717-4141 FAX: - Fax (0xx21) 2717-4344

www.imprensaoficial.rj.gov.br

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 21-2514-1111
 2514-1111

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
 Geovani Alves
 Cunha
 Escritório
 CTPS nº 6419
 2514-1111

Certifico e dou, de que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX88971. Cont. por: : 4,33
 Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2014. Serventia : 1,53
 36X 104FLUROS

Geovani Alves Cunha Aut. Total : 5,86

EXAB-57235 (H) Consulte em <https://www.tjrr.jus.br/sitepublico>



[illegible][illegible][illegible]

SUL AMÉRICA S.A.
CNPJ 26.978.814/0001-37
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO. Cessão: Arquivada no JUCERJA em 09.01.12 sob o nº 2776974. Valério G.M. Sória - Secretário Geral.

[illegible]

**SEGURADORA LÍDER DOS CONDIÇÕES
DO SEGURO DPVAT 8.**
XATDPVAT Nº 09.248.0060001-4 - NIRE Nº 33.3.0037478-6

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011, DIA, HORA E LOCAL: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Celso Ramos, 100, no bairro da Praia de Faro, em Lapa, no Estado do Rio de Janeiro, CEP 70021-205, Convocação: O Edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nos edictos das datas 10, 11 e 14 de março de 2011, e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nos edictos das datas 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 813, 813 e 812, respectivamente. Publicações Presenciais: O Relatório da Administração, os Demonstrativos Financeiros consolidados, o Relatório de Administração, o Relatório de Gestão, o Relatório de Gestão e o Conselho de Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, foram publicados na edição do dia 28 de fevereiro de 2011 do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nos edictos das datas 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 88, 88 e 810, sob os numerais de LRE Nº 1.404747 e demais normativas de Superintendência de Seguros Privados. Presenças: Presenças de sociedades não seguradoras: mais de 20 (vinte) representantes de capital e de 20 (vinte) representantes de voto. Presenças de seguradoras: mais de 20 (vinte) representantes de capital e de 20 (vinte) representantes de voto. Assinaturas: Presenças: mais de 20 (vinte) representantes de capital e de 20 (vinte) representantes de voto. Registro de Presença de Assinaturas: Presenças: mais de 20 (vinte) representantes de capital e de 20 (vinte) representantes de voto.



Imprensa Oficial
do Rio de Janeiro

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

0800-2844675

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATERIAIS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema **edpof** ou entregues em meio eletrônico na Agência RJ de Notícias.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e informações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à **Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais - R** (Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Praça Guaranês - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22231-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

END: Rua São José, s/nº 2332/4
 Edição: Gergálem Meneses Costa
 (0xx21) 2332-6546, 2332-6550 e Fax: 2332-6549

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO: eventual R\$ 132,00
 ou vital para Municipalidades R\$ 52,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÃO DE MATERIAIS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente ou à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo em 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 294,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 195,00 (*)
ONGOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 195,00 (*)
FUNÇÃOÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 195,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E INTERIORES.

Obs.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionamento público (diário, Estadual, Municipal), modéstia e a apresentação de ofícios contracheques à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro em duplo de pessoas autorizadas para vender assinaturas.

Atenção: Somente poderão ser oferecidos em nosso Agência e nas Agências subordinadas ao Sismo ITAU. Cotas de assinaturas anuais podem ser adquiridas à sua Professor Renato Cavetto nº 31, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

SUPRIMENTA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Pinheiro Machado nº 311, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 271-4141 - PABX - Fax (0xx21) 271-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Faria
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210205000
 CEP: 20010-000. E-mail: carlos@oficiodecartorio.com.br

Cartório de Notas
 Tabelião
 Georvani Alves
 Cunha

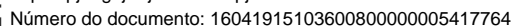
Original e duas cópias autênticas
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXXXXXX. Cont. de 27 de Janeiro de 2014.

Valor : 4.33
 Valor : 1.53
 Valor : 5.86

Total : 11.66

Georvani Alves Cunha - Aut.
 EMB-57234 FOL Consulte em <https://www.tjrr.jus.br/sistemaibico>



[illegible]

17º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-2412

Cartório e de que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX8897
 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

Serventia : 4,53
 352 104FUNDS : 1,53
 Total : 5,86

Geovani Alves Cunha - Aut.
 EMB-57225 OX Consulte em <https://maec.tjrn.jus.br/si/epubliico>



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO OGIENIA MENTAL, DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS. ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPERVISÃO ACORDAMENTO PSÍQUICO, CUIDADOS MÉDICOS, CAPITAL SOCIAL, 458.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REALIS), ESTRADA UNICA E INDUSTRIA Nº. 34.750, POSESSOR - PETROPOLIS - RJ - CEP: 25.770-000. Petropolis RJ 13132021

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP

CONVOCAÇÃO (ART. 1.182 E 1.183 E 1.184 DO CDD, CNIL). Haverá sua 1ª convocação e 2ª no dia 27/01/2012, em 1ª e 2ª convocação, para tomar ciência de intimação do sócio minoritário Sr. Roberto Eduardo Santucci da Empresa Hydruco Comércio e Tecnologia Ltda. SPP, com sede na Rua Coração de Maria nº 104 Jd. A - bairro. Mairiú. CEP nº 20.775-950, por motivo de saúde, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. RJ, 15/01/2012. Angelo Pinheiro Braga - CRCRJ nº 20.380-0 - CPF nº 312.446.537-2.

Ref: 0245043

CASTELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

AVISO - Atiram-se à disposição das Senhoras Açãoistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2012, A Diretoria.

MS-926088



Companhia Aberta

FATO RELEVANTE: A Vile SA, [nome] informa que está estudando fazer mais [FME] em uma série de contratos de mineração de longo prazo de 10 a 15 anos, a partir de 2012. Estudos avançam em conjunto com clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, este Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em sua página eletrônica registrada à CVM, no website da VILE, no seguinte endereço: www.vile.com. Até dia Janeiro, 11 de janeiro de 2012, Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

doi:10.1017/S0007122612000093

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
01.208.440013-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO é uma pública que opera o Instituto Estadual de Arterias - IEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transmissão de Água Potável entre o Terminal de Cataguás e a Estação de Banta do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transporte com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Anacleto Feres, s/n 185 - Macaé/RJ. Proximas: 0-075124032011.

ST. Peter's HealthCare Center

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

[illegible]

Abstract

SOL Vazão máxima inscricoes: 520,9 m³/s; Vazão média: 500 m³/s;
Tempo de captação: 18,00 hrs; Período de captação: 30 áreas; Ve-
locidade média: 0,67 m/s; Velocidade máxima gradiente: 1,27 m/s;
21,85° e Long: 42° 50' 36,70"; CAPTAÇÃO: EAP I; Corio Hórrio:
Rio Cautozito; Vazão máxima inscricoes: 35,0 m³/s; Vazão média:
30,0 m³/s; Tempo de captação: 18,00 hrs; Período de captação: 30
áreas; Velocidade média: 0,67 m/s; Velocidade máxima gradiente:
1,27 m/s; 42° 57' 9,76" e Long: 42° 53' 13,31"; CAPTAÇÃO: EAP J;
Corio Hórrio: Rio Cautozito; Vazão máxima inscricoes: 35,0 m³/s;
Vazão média: 30,0 m³/s; Temp: 18,00 h/m; Período: 30 áreas; Volume ins-
crito: 108,28 m³; Velocidade máxima gradiente: 1,27 m/s; 42° 57'
42,32" e Long: 42° 57' 51,81".
CAPTAÇÃO: EAP J; Corio Hórrio: Rio Cautozito; Vazão máxima ins-
crioes: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Temp: 18,00 h/m; Pe-
ríodo: 30 áreas; Volume inscrito: 108,28 m³; Velocidade máxi-
ma gradiente: 1,27 m/s; 42° 57' 51,81" e Long: 42° 53' 24,82".
LANÇAMENTO: Vazão máxima inscricoes das duas pontas é de 3550,0
m³/s.
Projeto nº: S-071093-CA2008

DOI: 10.1002/for

**Compartible Alberta**

CNPJ nº 33.080.167/0001-01
NIRE nº 33300832061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

Geovanni Alves
Cunha
Escritor
Oliveira, Patrício de
At 2813 Tele 93594



Seguradora Líder - DPVAT


SUBSTABELECIMENTO


Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; com endereço profissional na rua Senador Dantas, nº 74, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-205, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT; ficando, desde já, autorizado receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica**



Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013.


MARCELO DAVOLI LOPES

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9000 Reconheço por semelhança a firma de: MARCELO DAVOLI LOPES (Cod:088CEF436403) Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013. Conf. por: _____ Em testemunho _____ da verdade. Serventia Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. 36% TJ+FUNDOS Total		CARTÓRIO DO 17º Bruno Rodrigo Belem Gaspar Escrevente SERVIDOR DE FISCALIZAÇÃO CORRESPONDENTE DA JUSTIÇA - RJ OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS PHD 1ATO SNL13174 
--	--	---



Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 134.307, substabelece, com reserva de iguais, nas pessoas dos advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629, os poderes que lhe foram conferidos pela Sociedade Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad judicium, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses das Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

OAB/RJ 134.307



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, 4º andar, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIFICO que, em razão da situação deste processo, e na permissibilidade do art. 203, § 4.º do Código de Processo Civil e das disposições do art. 4º, do Provimento 10/2005, da Corregedoria de Justiça do RN:

Intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a(s) preliminar(es), documento(s) ou fato(s) novo(s) apresentado(s) na contestação, bem como informar se há possibilidade de acordo.

14 de março de 2017

MARIA HELENA SOARES DE CARVALHO

Auxiliar Técnico



Réplica anexo



EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DO NATAL-RN.

Processo nº 0853186-80.2015.8.20.5001

LUCILIO HONORATO DA SILVA, já qualificado nos autos da
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em epígrafe, que move em face
de BRADESCO AUTO/RE CIA. DE SEGUROS, vem, respeitosamente, à
presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine* assinado,
em atenção ao disposto no ato ordinário juntado aos autos, manifestar-se acerca
das questões preliminares contidas na peça contestatória da Requerida. É o que
se segue.

II DAS MATÉRIAS IMPUGNÁVEIS

Preliminarmente, a Requerida aduz a suscita a sua ilegitimidade
passiva *ad causam* em razão da necessidade de figurar no pólo passivo desta
demanda, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, o que não
passa de um argumento ardiloso na tentativa de se esquivar da sua obrigação
legal perante a demandante. Essa matéria já fora, inclusive, abordada quando
da propositura da ação, de tão previsível que se tornou a linha de defesa da Ré.
Por essa razão, por uma questão de economia processual, remeto a atenção de
Vossa Excelência para os fundamentos constantes naquela peça introdutória.

Desta feita, por tudo o que foi dito na exordial e na presente
manifestação, as questões preliminares ao mérito devem ser rejeitadas por esse
d. juízo de direito, ensejando, conseqüentemente, o exame do mérito e a
inevitável conclusão de que a pretensão autoral merece guarida, devendo todos
os seus pleitos serem julgados procedentes em suas totalidades, como forma de
se praticar a mais lúdima e pura justiça.

Por fim, vem informar que em havendo possibilidade de
apresentação de proposta de acordo, esta deve ser realizada pela parte Ré,
estando esta parte a disposição para a sua análise.

Em caso de não haver proposta para transação das partes, o Autor
vem reiterar o pedido de realização de perícia médica formulado à inicial, a
qual pugna-se seja realizada por médico nomeado por este juízo e bancado pelo
Poder Judiciário, ou pela Ré.



Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Natal-RN, 29 de março de 2017.

GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO
Advogado – OAB-RN nº 680-A



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Réu: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

DECISÃO

Chamo o feito a ordem para tornar parcialmente sem efeito o comando judicial vinculado aos ID nº 4587741.

Ainda, havendo o pedido de realização de perícia, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, **cuja data e horário serão designados pela Secretaria deste Juízo**, devendo, após intimadas as partes para o referido ato processual, serem os presentes autos encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE/PERÍCIA /CEJUSC/DPVAT”, para os colimados fins.



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, **ficam desde já intimadas as partes para**, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, **apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Após manifestação das partes, remetam-se os presentes à unidade jurisdicional de origem.

Não comparecendo a parte autora à perícia, devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem, devendo a Secretaria deste juízo certificar o transcurso em branco do prazo de 30(trinta) dias, procedendo, ato subsequente, a intimação pessoal da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção(CPC, art. 485, inc.III).

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

NATAL/RN, 10 de abril de 2018

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. art. 152, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, e das disposições do art. 4º, inciso V do Provimento nº 10, de 04/07/2005, da Corregedoria de Justiça do RN, expeço o presente ato com o fim de intimar as partes a comparecerem a PERÍCIA, no CEJUSC/NATAL/RN, localizado no COMPLEXO JUDICIÁRIO, Rua das Fosforitas, 2327, antiga Fábrica Borborema, próximo ao campus I da UFRN, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59076-120, fone 3616-6668, no dia 20/07/2018 08:40 horas, CEJUSC NATAL. O autor deverá comparecer para a referida perícia, munido de exames que possuir referentes as lesões advindas do acidente. Remeto o presente ato ao Diário da Justiça Eletrônico para a devida publicação.

NATAL/RN, 24 de maio de 2018

GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA

Chefe de Secretaria em substituição



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA - 24/05/2018 10:01:52

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18052410015258900000025751217>

Número do documento: 18052410015258900000025751217



Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

Juízo de Direto da 19ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 346, Edifício Millenium, (anexo do Fórum Miguel Seabra Fagundes), Lagoa Nova, fone 3615-1668, Natal/RN, CEP 59064-972

Processo 0853186-80.2015.8.20.5001

Autor : LUCILIO HONORATO DA SILVA

Réu: BRADESCO SEGUROS S/A

CARTA DE INTIMAÇÃO PERÍCIA -CEJUSC/DPVAT

Ao Senhor LUCILIO HONORATO DA SILVA

Endereço: Rua Francimar Bezerra da Silva, 213, Planalto Treze de Maio, MOSSORÓ - RN - CEP: 59631-470

De ordem de Sua Excelência a Senhora ELANE PALMEIRA DE SOUZA, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

Pela presente, em cumprimento ao ato judicial proferido nos autos, fica Vossa Senhoria intimada, a fim de comparecer à perícia designada para o dia **20/07/2018**, às **08:40hs**, a ser realizada no CEJUSC/NATAL/RN, localizado no Complexo Judiciário, antiga Fábrica Borborema, Rua das Fosforitas, 2.327, Lagoa Nova, 59076-120, Natal/RN, fone 3616-6668, próximo ao Campus I/UFRN.

ADVERTÊNCIA: o autor deverá comparecer à perícia munido de todos os exames referentes às lesões decorrentes do acidente.

Natal/RN, 6 de junho de 2018

LUZENHHYR SOUZA DA SILVA

Auxiliar Técnico(a)

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que nesta data faço a juntada do AR retornado da correspondência enviada para Lucilio Honorato da Silva.

NATAL/RN, 5 de julho de 2018

GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





AR AVISO DE
RECEBIMENTO

MP

DESTINATÁRIO

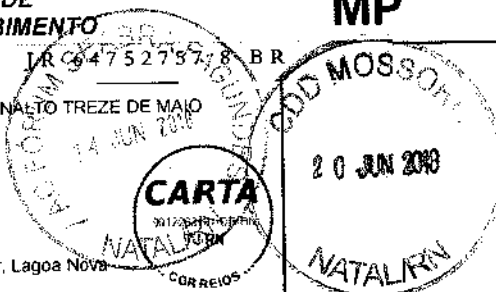
LUCILIO HONORATO DA SILVA,
RUA FRANCIMAR BEZERRA DA SILVA, 213, PLANALTO TREZE DE MAIO

CEP 59631-470, MOSSORÓ/RN

JR647527578BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

19ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Dr. Lauro Pinto, 346 - Ed. Millenium, 2º Andar, Lagoa Nova
CEP 59064-972, Natal/RN



TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 19.06.18 10 h
2ª / / / h
3ª / / / h

ATENÇÃO

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
Ofício n. 0853186-80.2015.8.20.5001

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusou-se a receber |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não encontrado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTÃO
CARTÃO DE ENTREGA
CARTÃO DE ENTREGA
CARTÃO DE ENTREGA

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

Nº DOC DE IDENTIDADE



Laudos em anexo.



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Lucilio Honorato da Silva
CPF: 778.255.784-49
Endereço completo: Rua Francimar Bezerra - Sn - Mossoro - Rn

Informações do Acidente

Local: MOssoro
Data do acidente: 05/11/2013

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0853186-80.2015.8.20.5001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 19 Vara Cível ou JEC da Comarca de Natal-RN.

Natal - RN, 20 de julho de 2018

local e data

Lucilio Honorato da Silva

assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

joelho D

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Deformidade e Diminuição do ADM do Joelho D

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

>laudo_mutirão, emissão: 20/07/2018 09:11:21, vítima: Lucilio Honorato da Silva< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 1 / 4<

SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda



Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: Joelho D

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Perda completa da mobilidade de um joelho - Lado Direito

() 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa


4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

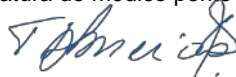
Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
Natal - RN, 20 de julho de 2018

Assinatura do médico assistente - CRM


João Maria Pinheiro Damasceno
CPF - 452.753.194-87
CRM - 2911-RN

Assinatura do médico perito - CRM


Tiago de Medeiros Almeida
CPF - 030.335.144-64
CRM - 5857-RN



PERECER MÉDICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Lucilio Honorato da Silva
CPF: 778.255.784-49
Endereço completo: Rua Francimar Bezerra - Sn - Mossoro - Rn

Informações do Acidente

Local: MOssoro
Data do acidente: 05/11/2013

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

joelho D.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

sim

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

diminuição do arco de movimento mais deformidade do joelho D

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação e se for o caso, a partir do pagamento administrativo indicar: agravamento, melhora e/ou nova lesão:

☐ Agravamento

☐ Melhora

☐ Nova lesão

Segmento corporal acometido: JOELHO D.

>laudo_mutirão, emissão: 20/07/2018 09:11:21, vítima: Lucilio Honorato da Silva< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 3 / 4<

SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda



a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
Perda completa da mobilidade de um joelho - Lado Direito	
	() 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
3ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
4ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

JUSTIFICATIVA DE CONCORDÂNCIA COM A PERÍCIA JUDICIAL:

Concordo - Mantido

JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:

Local e data da realização do exame médico:
Natal - RN, 20 de julho de 2018

Assinatura do assistente TÉCNICO - CRM


João Maria Pinheiro Damasceno
CPF - 452.753.194-87
CRM - 2911-RN



Petição em anexo.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08531868020158205001

BRADESCO SEGUROS S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE
 CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
 BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/02/2014
 NUMERO DO DOCUMENTO:
 VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:
 CLIENTE: LUCILIO HONORATO DA SILVA

BANCO: 104
 AGÊNCIA: 03064
 CONTA: 000000014096-0

Nr. da Autenticação 501639566BC92E9D

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 1 de agosto de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

Número:	2014086226	Cidade:	Mossoró	Natureza:	Invalidez
Vítima:	LUCILIO HONORATO DA SILVA	Data do acidente:	05/11/2013	Emissor do parecer:	Fabricia Souza da Silva
Seguradora:	COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	Prestadora:	IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA	CRM do médico:	312915

PARECER

Data da análise: 13/02/2014

Valoração do IML: 0,00

Perícia médica: Não

Diagnóstico: trauma joelho d

Resultados terapêuticos: tto conservador

Sequelas permanentes: dano funcional joelho d



Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: dano médio' joelho d

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 13.500,00

Médico avaliador: arnaldo kacelnik

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda completa da mobilidade de um joelho	25	1	50

Valor avaliado: 1.687,50



Petição em anexo.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08531868020158205001

BRDESCO SEGUROS S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 7 de agosto de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Banco do Brasil

				Nº DA CONTA JUDICIAL
				900107215231
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		06/08/2018	3795	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
06/08/2018	2098295	08531868020158205001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
NATAL	19 VARA CÍVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
BRADESCO SEGUROS S/A		Jurídico	33055146000193	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
LUCILIO HONORATO DA SILVA		Física	77825578449	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
240479CC174079B0				



Juntada de petição interlocutoria.






EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08531868020158205001

BRADESCO SEGUROS S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Inicialmente, cumpre informar, que a parte Ré efetuou o pagamento dos honorários periciais na monta de R\$ 200,00 (duzentos reais) em 06/08/2018.



 Banco do Brasil			Nº DA CONTA JUDICIAL 900107215231	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 06/08/2018	AGÊNCIA (PREF / DV) 3795	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 06/08/2018		Nº DA GUIA 2098295	Nº DO PROCESSO 08531868020158205001	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA NATAL		ORGÃO/VARA 19 VARA CIVEL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO BRADESCO SEGUROS S/A			TIPO DE PESSOA Juridico	CPF / CNPJ 33055146000193
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE LUCILIO HONORATO DA SILVA			TIPO DE PESSOA Fisica	CPF / CNPJ 77825578449
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 240479CC174079B0				

No entanto, **houve NOVO pagamento realizado pela parte Ré**, através de OFÍCIO Nº 164/2018 com o fito de arcar com as periciais realizadas no Mutirão DPVAT – NATAL/RN na monta de **R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**, conforme ofício em anexo, configurando, assim, o pagamento em DUPLICIDADE.



Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA , CRM nº 5857, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valor
Proc. Nº 0830407- 34.2015.8.20.50 01	19ª Vara Cível da Comarca de Natal	Autor: Jean Ferreira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Ante o exposto, requer que seja expedido **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA na monta de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais**, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência na conta-corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, do BANCO DO BRASIL S/A.**

Necessário esclarecer que a expedição do alvará deverá ser nominal a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pois foi a empresa que custeou com o depósito como também é a gestora dos **Consórcios do Seguro DPVAT nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução CNSP de nº 154**, sendo a única e exclusiva beneficiária de reembolso da quantia disponível ao juízo.

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

NATAL, 23 de novembro de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

900107215231

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

06/08/2018

AGÊNCIA (PREF / DV)

3795

TIPO DE JUSTIÇA

ESTADUAL

DATA DA GUIA

06/08/2018

Nº DA GUIA

2098295

Nº DO PROCESSO

08531868020158205001

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

NATAL

ORGÃO/VARA

19 VARA CIVEL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

200,00

NOME DO RÉU/IMPETRADO

BRADESCO SEGUROS S/A

TIPO DE PESSOA

Jurídico

CPF / CNPJ

33055146000193

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

LUCILIO HONORATO DA SILVA

TIPO DE PESSOA

Física

CPF / CNPJ

77825578449

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

240479CC174079B0





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 164/2018/CEJUSC

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordos - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205

Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL – JULHO/2018


Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valo
Proc. Nº 0830407- 34.2015.8.20.50 01	19ª Vara Cível da Comarca de Natal	Autor: Jean Ferreira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, o qual realizou o total de 28 (vinte e oito) perícias médicas, lista em anexo, no dia 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018, realizado na Comarca de NATAL/RN.

Atenciosas saudações,


Virgínia Régio Bezerra
Juíza de Direito

Centro Judiciário de Solução de Conflitos





CONTROLE DE PERÍCIAS

Dr. Tiago de M. Almeida
Df. Tereza e Transmissão
Otopédia e Tm. 5067
Café 030-325-146-64

Data: 671 07118

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	0814968.61.2015	André Luiz de Aquino de Cássio Caldeira do Silva
2	0800541-00.2014	Antônio Dedeito
3	0813564-41.2015	Fco Gilbarto Martins
4	0854490-17.2015	Tea de Cunha Celso
5	0833354-61.2015	Arden D. F. da Silva
6	0813408-18.2015	Emmanuel A. de O. Lima
7	0822225-25.2016	Anthony Bruno S. L. do Nascimento
8	0815060-38.2015	Edmilson S. do Nascimento
9	0854527-44.2015	For. Claudio D. S. dos Santos
10	0805604-83.2014	Geilson Michel Torres
11	0846917-25.2015	Leon Ferreira
12	0830407-34.2015	Pr. Tório Fco da S. Neto
13	0810519-49.2015	



Plantilha

14	0820878-88.2015	Tróglacunda do silva
15	0812+63-78.2015	Wendren da Silva
16	0836120-77.2015	Eulidio do casto
17	0834535-97.2015	José de Souza Pereira
18	09021+3-42.2015	Guaricia dos silva
19	0834490-26.2015	Jose Lucio P. de Aguiar
20	0808513-63.2014	Devio Ewen S. de Aguiar
21	0854940-23.2016	Emmanuel David do Silva
22	0818118-67.2015	Alu Sando A. Seque
23	0831639-81.2015	Alcyon Thompson de Silva
24	0844677-02.2017	Enghen Carlos do Silva
25	0906504-66.2014	Davido A. P. da Silva
26	0805154-53.2015	Fco Alvaro Carlos
27	0854440-43.2015	João Cleidio da Silva
28	0714401-33.2014	Roberto T. da Silva
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JEAN FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL

Processo: 0830407-34.2015.8.20.5001 - ID 08116000005795611

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista					
Nosso Número 28365850071945247	Nr. Documento 81160000005795611	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 5.600,00	(+/-) Valor Pago 5.600,00	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A					
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica		

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Data de Vencimento 30/11/2018
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A					Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X
Data do Documento 01/10/2018	Nr. Documento 81160000005795611	Espécie DOC ND	Aceite N	Data do Processamento 01/10/2018	Nosso Número 28365850071945247
Uso do Banco 81160000005795611	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 5.600,00
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL. ID Nr. 08116000005795611 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário> Guia Dep. Jud.> Comprovante Pag. Dep					(-) Desconto/Abatimento
					(+) Juros/Multa
					(-) Valor Cobrado 5.600,00
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista		Código de Baixa Autenticação Mecânica		Ficha de Compensação	



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:	10/10/2018
-------------------	------------

VALOR TOTAL:	5.600,00
--------------	----------

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00192772400005600000000002836585007194524717

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E1224EFD148639805BA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Demandado(a): R É U : BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os fins que se fizerem necessários, que tendo sido perfectibilizada a perícia, conforme laudo de ID Num. 28989396, compulsando os presentes autos, verifiquei que as partes foram devidamente intimadas, por seus advogados, da decisão de ID Num. 24296586, bem ainda que decorreu o prazo sucessivo concedido pelo precitado ato judicial para manifestarem-se sobre o laudo pericial, sem que a parte autora tenha apresentado manifestação. Dessa forma, faço estes autos conclusos ao exame da MM Juíza de Direito desta Vara, para os devidos fins.

NATAL/RN, 14 de março de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO

Certifique a Secretaria acerca da tempestividade da peça contestatória de ID 5692162.

Proceda a Secretaria com a alteração da classe processual para “procedimento ordinário”.

Após, voltem-nos conclusos.

Cumpra-se.

NATAL/RN, 24 de maio de 2019

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Parte Ré: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os fins que se fizerem necessários, que a contestação de ID Num.5692162 está TEMPESTIVA.

Natal, 3 de junho de 2019

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
0853186-80.2015.8.20.5001
AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Réu: BRADESCO SEGUROS S/A

SENTENÇA

-

I - RELATÓRIO

Vistos,

LUCILIO HONORATO DA SILVA, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em desfavor de **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, ambos qualificados.

Alega que, por volta das 17h40min do dia **05.11.2013** foi vítima de acidente de trânsito, o qual ocasionou debilidade permanente(debilidade e limitação nos movimentos de flexão do joelho direito com presença de instabilidade articular, além de limitação e dor residual em cotovelo direito). Informou que após requerer administrativamente a indenização securitária junto a uma empresa seguradora participante do convênio DPVAT, em 17.02.2014, recebeu a quantia de **R\$ 1.687,50**(hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), restando uma diferença de R\$ 11.812,50(onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), a que faz jus.

Requer, o benefício da gratuidade judiciária, a citação da ré, a realização de perícia, a procedência da ação para condenar a ré ao pagamento de R\$ 11.812,50, consoante determinado pela Lei nº 6.194/74, art. 3º, b, corrigido desde a data do pagamento a menor(17.02.2014) e com a incidência de juros moratórios, ao pagamento das custas processuais, bem como em honorários de sucumbência na ordem de 20% sobre o valor da condenação.

Juntou documentos.

Através do despacho de ID nº 4587741, foi deferida a gratuidade judiciária, determinada a citação da ré, e realização de perícia médica.

A parte ré apresentou contestação acompanhada de documentos(ID 5692162), na qual **alegou, preliminarmente**: a ilegitimidade passiva e necessidade de substituição do polo passivo com a inclusão da Seguradora Líder. **No mérito**, dentre outros pedidos, requereu a extinção do feito, tendo em vista a quitação em sede administrativa; alegou ausência de documento indispensável para a propositura da ação, no caso, o laudo do IML; e, em caso de eventual condenação pugnou pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na Lei nº 11.945/2009 e Súmula 474 do STJ, e que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação e a correção monetária a partir da propositura da ação.



Réplica juntada ao ID 9877976.

Laudo pericial e parecer médico de assistência técnica, este último com justificativa de concordância com o referido laudo, acostados respectivamente, ao **ID 28989396, págs. 2/3 e 4/5**, acerca do qual se manifestou a parte ré (ID 29298573), permanecendo silente a parte autora, conforme certidão de ID 40470906.

Por meio da peça vinculada ao ID nº 34955670, requer a parte ré, devolução de valor referente ao pagamento dos honorários periciais realizados em 06.08.2018 (ID 29879394), alegando que por ocasião do mutirão DPVAT foi realizado novo pagamento, conforme ofício nº 164/2018 (ID 34955735).

Certidão juntada ao ID 43920896, corroborando a tempestividade da peça contestatória.

É o relatório. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Da Ilegitimidade Passiva da demandada e necessidade de substituição pela Seguradora Líder

De chofre, REJEITO a alegação de ilegitimidade passiva (ou de inclusão forçada da Líder Seguradora na lide), porque, como já está assentado inclusive em sede jurisprudencial, qualquer seguradora é parte legítima para a resposta às ações de cobrança de indenização DPVAT – afinal, o ressarcimento é garantido pela lei de instituição do seguro:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

E o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não se limita a uma interpretação literal:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.

2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor.

3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa.

4. Recurso especial provido. (REsp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012).

II. 2. Do Mérito



Observa-se que o pleito inicial da parte autora é de recebimento de indenização por invalidez permanente, com arrimo na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

No mérito a parte ré, requereu extinção do feito ante a quitação em sede administrativa. Entretanto, o interesse processual se caracteriza pela necessidade de ir ao Judiciário – diante de uma pretensão resistida –, da utilidade prática do provimento jurisdicional pretendido, bem como da adequação típica.

O acesso à jurisdição é uma garantia fundamental assegurada no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O texto constitucional não impõe qualquer ressalva ou restrição ao acesso à jurisdição, assim as imposições que restrinjam esta garantia devem ter previsão constitucional ou passarem pelo crivo da proporcionalidade e respeitarem os princípios da máxima efetividade e mínima restrição dos direitos fundamentais.

O seguro DPVAT é um seguro de origem legal e impositiva a todos os proprietários de veículos, não havendo que se falar em possibilidade de redução do dever imposto por lei às seguradoras, sob pena de incentivar o descumprimento de norma cogente e conceder privilégio àquelas empresas que, a seu turno, auferem uma receita de grande porte, estável e sobretudo protegida pelo Estado, que tem o poder de impor sanções aos cidadãos inadimplentes, como multa e apreensão do veículo.

Assim sendo, ainda que tenha sido dada quitação da dívida, pode o beneficiário exigir a diferença, sendo esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL E PROCESSUAL. DPVAT. ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM A SEGURADORA. QUITAÇÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. DEVER LEGAL. VALOR ESTABELECIDO EX VI LEGIS. NORMA COGENTE. DANO MORAL. DESCABIMENTO.

I. Assentou a jurisprudência das Turmas componentes da 2ª Seção do STJ, que o acordo de recebimento parcial da indenização do seguro DPVAT por morte da vítima, não inibe a cobrança da diferença até o montante estabelecido em lei, por constituir norma cogente de proteção conferida pelo Estado.

II. Dano moral indevido.

III. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010)

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

(...)

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2002, DJ 23/09/2002, p. 367).

Noutra visada, a parte ré aponta a ausência de documento imprescindível ao exame da questão, consubstanciado no laudo de exame de corpo de delito. Todavia, esse documento não é indispensável à propositura da ação, já que pode ser substituído por perícia judicial, a qual foi devidamente realizada (**ID 28989396**, págs. 2/3), assim esse argumento não merece prosperar.



No que se refere ao cerne da demanda, o artigo 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será realizado mediante a comprovação do acidente (mesmo que de forma simples) e a prova do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro.

Nesse sentido, verifica-se que o pagamento da indenização do seguro obrigatório será realizado mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: prova do acidente automobilístico, prova do dano (invalidez permanente) e prova do nexo de causalidade entre o evento e a debilidade definitiva.

Em se tratando de ação de cobrança de indenização securitária do DPVAT, a comprovação do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo segurado e o sinistro não dependem da juntada obrigatória de boletim de ocorrência policial, visto que o autor pode fazer uso de outros documentos que o comprovem.

No caso em comento, evidenciamos que as provas carreadas aos autos, laudo pericial de **ID 28989396**, págs. 2/3, demonstram que a parte autora, em decorrência de acidente automobilístico, foi acometida de lesão em seu joelho direito, sendo **este um dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial incompleto no percentual de 50% (cinquenta por cento)**.

No que concerne ao valor da indenização, deve-se aplicar a norma em vigor na data do sinistro.

Aos sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/2008), convertida na Lei nº 11.945 (04/06/2009), aplica-se a regra da gradação de valores, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei nº 6.194/74.

No caso em análise, a indenização deve ser paga em proporcionalidade ao grau de invalidez permanente da vítima, sendo o teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), **devendo ser observada a tabela anexada à Lei nº 6.194/74 pela Medida provisória nº 451/2008**. Nesse sentido, preconiza a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça: **“a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”**.

Assim, em sendo incompleta a invalidez parcial permanente, deve-se aplicar a redução percentual prevista no artigo 3º, § 1º, II, da lei nº 6.194/74, o qual determina que a indenização deverá ser paga mediante o enquadramento da lesão sofrida em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa à referida lei.

Nesse sentido, a indenização corresponderá ao valor resultante da aplicação do percentual estabelecido na tabela ao valor máximo da cobertura (R\$ 13.500,00) e, em seguida, se procederá redução proporcional desse valor de acordo com a repercussão da lesão (que pode ser intensa, média, leve ou residual).

No caso dos autos, o laudo pericial juntado ao (**ID 28989396**, págs. 2/3), concluiu que a perda anatômica e/ou funcional definitiva parcial incompleta se deu no **“joelho direito”** do autor, e a referida tabela prevê a aplicação do percentual de **25% vinte e cinco por cento**), **resultando no valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Sobre este valor, deve ainda incidir o percentual de **50% (cinquenta por cento)** correspondente ao grau de incapacidade definido pelo *expert* como **MÉDIA**, o que equivale ao valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização securitária.

Diante do apurado, verifico que a parte demandada pagou administrativamente ao autor a importância de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, **ID 4373711**, satisfazendo por completo a pretensão indenizatória que fazia jus o mesmo, **não restando, portanto, qualquer obrigação subjacente a ser cumprida pela demandada.**

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, considerando os princípios e regras jurídicas atinentes à matéria em debate, notadamente os citados ao longo do presente comando sentencial, bem como tendo em vista o mais que dos autos consta e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado pelo autor nos presentes autos.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15.



Por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita(ID 4587741), suspendo o pagamento das verbas da sucumbência pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, durante o qual deverá a parte ré provar a melhoria das condições financeiras da outra parte, demonstrando que pode parte autora fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a mesma obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese.

Defiro, em termos, o pedido de ID nº 34955670, o que faço para determinar a expedição de alvará relativamente ao montante excedente, tendo em vista o documento de ID 5692175, pág. 2, intime-se o causídico para, no prazo judicial de 05(cinco) dias, acostar instrumento procuratório conferindo-lhe poderes específicos para levantamento do valor correspondente ao precitado alvará.

Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

NATAL/RN, 16 de julho de 2019

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0853186-80.2015.8.20.5001

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, em razão do meu ofício, que a sentença proferida nos presentes autos, transitou em julgado em 17/09/2019, sem interposição de quaisquer recursos.

Natal, 31 de outubro de 2019.

JOSE RIBAMAR LOPES

Técnico(a) Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, 7º andar, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972, Tel: 3615-1668, e-mail:
nova19varacivel@tjrn.jus.br

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO Nº 0853186-80.2015.8.20.5001

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

A Doutora ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES, Juíza de Direito em Substituição Legal da 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará de Autorização, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, pagar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais), devidamente corrigida, correspondente ao valor depositado em nome deste Juízo.

CONTA JUDICIAL DE N.º: 900107215231

DADO E PASSADO nesta cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA, Auxiliar Técnico, digitei e conferi.

5 de dezembro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES



Juíza de Direito em Substituição Legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0853186-80.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

Demandado(a): RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que em obediência aos termos da parte final do precitado comando sentencial transitado em julgado, ARQUIVO, nesta data, os presentes autos.

NATAL/RN, 6 de dezembro de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Juntada de petição e documentos.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08531868020158205001

BRADESCO SEGUROS S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Consoante se verifica no dispositivo da r. sentença de fls., há de ser devolvido ao Réu os valores depositados a título de honorários periciais.

Desta forma, com fulcro no art. 906, parágrafo único do CPC, requer a Ré que Vossa Excelência se digne determinar a expedição de **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA no montante do valor depositado**, com seus acréscimos legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência direta na **conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, BANCO DO BRASIL S.A.**

Necessário esclarecer que a expedição do alvará deverá ser nominal a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pois foi a empresa que custeou com o depósito como também é a gestora dos **Consórcios do Seguro DPVAT nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução CNSP de nº 154**, sendo a única e exclusiva beneficiária de reembolso da quantia disponível ao juízo.

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 6 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Nº DA PARCELA	0	DATA DO DEPÓSITO	06/08/2018	AGÊNCIA (PREF / DV)	3795	Nº DA CONTA JUDICIAL	900107215231
DATA DA GUIA	06/08/2018	Nº DO PROCESSO	08531868020158205001	TRIBUNAL	TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	NATAL	ORGÃO/VARA	19 VARA CIVEL	DEPOSITANTE	RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO	BRADESCO SEGUROS S/A	TIPO DE PESSOA	Jurídico	CPF / CNPJ	33055146000193		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	LUCILIO HONORATO DA SILVA	TIPO DE PESSOA	Física	CPF / CNPJ	77825578449		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA	240479CC174079B0						





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 164/2018/CEJUSC

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordos - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205


Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL – JULHO/2018

Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valo
Proc. Nº 0830407- 34.2015.8.20.50 01	19ª Vara Cível da Comarca de Natal	Autor: Jean Ferreira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, o qual realizou o total de 28 (vinte e oito) perícias médicas, lista em anexo, no dia 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018, realizado na Comarca de NATAL/RN.

Atenciosas saudações,

Virgínia Régio Bezerra
Juíza de Direito
Centro Judiciário de Solução de Conflitos







PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: _____

Dra. Tígio de M. Albuquerque
Dra. Tígio de M. Albuquerque
OAB/RN 335.144-2
CPF: 030.335.144-2

CRM: _____

Fone: _____

Data: 21/07/18

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	0814968.61.2015	André Luiz da Queiroz
2	0800541-06.2014	Cleio, Carlos da Silva
3	0813564-41.2015	Antônio Dedeito
4	0854490-17.2015	Fco Gilberto Martins
5	0833354-61.2015	Teixeira Cunha Celso
6	0817408-18.2015	João da F. da Silva
7	0822225-25.2016	Fernando de O. Lima
8	0815060-38.2015	Anthony Bruno S. L. do Nascimento
9	0854527-44.2015	Edmilson S. do Nascimento
10	0805604-73.2014	Peri Cleonildo Santos
11	0846917-25.2015	Joelton José de Sousa
12	0830407-34.2015	João Ferreira
13	0810519-79.2015	João Fco de S. Neto

Planilha1

14	0820878-88.2015	Fco Glaucius do silve
15	0812+63-78.2015	Helmiyren Daiten
16	0836120-77.2015	Eudilso de castro
17	0834535-47.2015	J.ven de saenja Bonfona
18	09021+3-42.2015	que lucia do silve
19	083490-26.2015	Jose lucas P. de mgsaile
20	0800513-63.2014	Devio Euen S. de olfaria
21	0854940-23.2016	Eucruel pasid do silve
22	0818118-67.2015	Alu sendo A. seel
23	0821639-81.2015	Meiyken Thompson de silve
24	0844677-02.2017	Enthen cadore do silve
25	0906504-66.2014	Douido A. P. da silve
26	0805154-63.2015	Fco Alfrato calou
27	0850440-43.2015	Joé claudio de silve
28	0719401-33.2014	gabriel ten T da enruca
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JEAN FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL


Processo: 0830407-34.2015.8.20.5001 - ID 08116000005795611


Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista					
Nosso-Número 28365850071945247	Nr. Documento 81160000005795611	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 5.600,00	(=) Valor Pago 5.600,00	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A					
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica		

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Data de Vencimento 30/11/2018
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A					Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X
Data do Documento 01/10/2018	Nr. Documento 81160000005795611	Espécie DOC ND	Aceite N	Data do Processamento 01/10/2018	Nosso-Número 28365850071945247
Uso do Banco 81160000005795611	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 5.600,00
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000005795611 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep					(-) Desconto/Abatimento
					(+) Juros/Multa
					(=) Valor Cobrado 5.600,00
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista			Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

10/10/2018

VALOR TOTAL:

5.600,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00192772400005600000000002836585007194524717

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E1224EFD148639805BA



Juntada de petição de desarquivamento.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08531868020158205001

BRADESCO SEGUROS S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCILIO HONORATO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., **REITERAR o pedido de desarquivamento, a fim de que seja apreciada a petição protocolizada em 10-12-2019, eis que os autos permanecem sem movimentação desde a referida data.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 28 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN





Nº DA PARCELA	0	DATA DO DEPÓSITO	06/08/2018	AGÊNCIA (PREF / DV)	3795	Nº DA CONTA JUDICIAL	900107215231
DATA DA GUIA	06/08/2018	Nº DO PROCESSO	08531868020158205001	TRIBUNAL	TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	NATAL	ORGÃO/VARA	19 VARA CIVEL	DEPOSITANTE	RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO	BRADESCO SEGUROS S/A	TIPO DE PESSOA	Jurídico	CPF / CNPJ	33055146000193		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	LUCILIO HONORATO DA SILVA	TIPO DE PESSOA	Física	CPF / CNPJ	77825578449		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA	240479CC174079B0						





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 164/2018/CEJUSC

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordos - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205

Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL – JULHO/2018

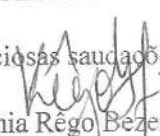
Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valo
Proc. Nº 0830407- 34.2015.8.20.50 01	19ª Vara Cível da Comarca de Natal	Autor: Jean Ferreira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, o qual realizou o total de 28 (vinte e oito) perícias médicas, lista em anexo, no dia 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018, realizado na Comarca de NATAL/RN.

Atenciosas saudações,


Virgínia Régio Bezerra
Juíza de Direito

Centro Judiciário de Solução de Conflitos







PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: _____

Dra. Tiojó de M. Albuquerque
Dra. Tiojó e Tiojó e Tiojó
Ouro Preto 335-111-111
Cf. 0300-335-111-111

CRM: _____

Fone: _____

Data: 21/07/18

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	0814968.61.2015	André Luiz da Queiroz
2	0800541-06.2014	Cleio, Carlos da Silva
3	0813564-41.2015	Antônio Dedeito
4	0854490-17.2015	Fco Gilberto Martins
5	0833354-61.2015	Teu de Cunha Celso
6	0817408-18.2015	João de F. da Silva
7	0822225-25.2016	Fernando de O. Lima
8	0815060-38.2015	Anthony Bruno S. L. do Nascimento
9	0854527-44.2015	Edmilson S. do Nascimento
10	0805604-73.2014	Peri Cleonildo Santos
11	0846417-25.2015	Joelton José de Sousa
12	0830407-34.2015	João Ferreira
13	0810519-79.2015	João Tiojó de S. Silva

Planilha1

14	0820878-88.2015	Fco Glaucio de silve
15	0812+63-78.2015	Helmiem Daiton
16	0836120-77.2015	Eudides de casto
17	0834535-47.2015	J.ven de sauge Bonfona
18	09021+3-42.2015	que Lucia de silve
19	083490-26.2015	Jose Lucio P. de msaire
20	0800513-63.2014	Devio Euen S. de ofaie
21	0854940-23.2016	Emmanuel Josid de silve
22	0818118-67.2015	Alu Sando A. Seel
23	0821639-81.2015	Meiyken Thompson de silve
24	0844677-02.2017	Enthen Cardoso de silve
25	0906504-66.2014	Douido A. P. de silve
26	0805154-63.2015	Fco Alfrato Carlos
27	0850440-43.2015	Jos Cleudio de silve
28	0719401-33.2014	Agda T da eunice
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JEAN FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL


Processo: 0830407-34.2015.8.20.5001 - ID 08116000005795611


Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista					
Nosso-Número 28365850071945247	Nr. Documento 81160000005795611	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 5.600,00	(=) Valor Pago 5.600,00	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A					
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica		

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO			Data de Vencimento 30/11/2018		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A			Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X		
Data do Documento 01/10/2018	Nr. Documento 81160000005795611	Espécie DOC ND	Aceite N	Data do Processamento 01/10/2018	Nosso-Número 28365850071945247
Uso do Banco 81160000005795611	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 5.600,00
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000005795611 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep					(-) Desconto/Abatimento
					(+) Juros/Multa
					(=) Valor Cobrado 5.600,00
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista			Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

10/10/2018

VALOR TOTAL:

5.600,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00192772400005600000000002836585007194524717

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E1224EFD148639805BA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0853186-80.2015.8.20.5001

AUTOR: LUCILIO HONORATO DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

CERTIFICO, que diante da petição retro, faço conclusão dos autos.

Natal, 11 de maio de 2021.

ELIANE INACIO DA LUZ

Auxiliar Técnico(a) Judiciário(a)
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

